

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COOPERATIVISMO**

GUSTAVO MARTINS FERNANDES

**O 5º PRINCÍPIO COOPERATIVO COMO BASE PARA A PRÁTICA DO
COOPERATIVISMO: UM ESTUDO DE CASO EM COOPERATIVA DE SAÚDE.**

São Leopoldo

2022

GUSTAVO MARTINS FERNANDES

O 5º PRINCÍPIO COOPERATIVO COMO BASE PARA A PRÁTICA DO
COOPERATIVISMO: UM ESTUDO DE CASO EM COOPERATIVA DE SAÚDE.

Projeto de Pesquisa apresentado como
requisito parcial para obtenção do título de
Especialista em Cooperativismo, pelo
Curso de Especialização em
Cooperativismo da Universidade do Vale
do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Orientadora: Profa. Dra. Alba Cristina Couto dos Santos Salatino

São Leopoldo

2022

Dedico este trabalho de conclusão a minha esposa Josiane que sempre foi parceira em todas as atividades em que me envolvi, mesmo que isso resultasse em momentos breves de ausência, e a minha querida filha Betina, que me inspira a ser um ser humano melhor todos os dias da minha vida.

AGRADECIMENTOS

Aos professores do curso pelo conhecimento que nos foi passado.

A minha orientadora pela atenção dedicada na condução ao objeto deste trabalho agindo também como incentivadora.

Aos colegas pela amizade construída na alegria permanente e pelo intenso compartilhamento de conhecimento e de vivências.

Ao Sescop/RS pelo fomento destinando bolsas de custeio para os alunos realizarem o curso.

À Diretoria Executiva da Cooperativa X por nos ter facilitado o acesso aos documentos de pesquisa e disponibilizado colaboradores para auxiliar na busca de informações.

Aos cooperados e colegas da Cooperativa X pela convivência e pela contribuição respondendo à entrevista de pesquisa.

RESUMO

A materialidade de ajuda mútua entre as pessoas faz parte desde os primórdios da humanidade. Com a complexidade da sociabilidade humana eclodiu em diferentes formas de se organizar. O cooperativismo é uma representação muito clara da eficiência do homem em se organizar economicamente, a favor de um objetivo em comum. Tem-se o objetivo de buscar compreender de que forma a educação cooperativa praticada na Cooperativa de Saúde X interfere na prática dos princípios cooperativos no cotidiano da instituição, principalmente em relação da cooperativa com seus associados. A empresa cooperada na área da odontologia, além de ser uma empresa que presta serviços à sociedade, cumpre um papel social e econômico importante, sobretudo com a comunidade da qual faz parte. Para que o trabalho da cooperativa aconteça é preciso atentar-se para os sete princípios que constitui o sistema cooperado. Entre os sete, neste trabalho destaca-se o 5º princípio: Educação, formação e informação, pois esse, é entendido e defendido por muitos autores como base para os demais e para o bom desenvolvimento da cooperativa. A pesquisa foi desenvolvida a partir de análise qualitativa e quantitativa, e fundamentada nos estudos teóricos sobre cooperativismo e educação cooperativa. Metodologicamente foi aplicado questionário estruturado, sobre o tema da pesquisa, para os sócios de uma cooperativa de saúde e se obteve cem respostas sobre o papel da cooperativa e as práticas em relação ao 5º princípio. A partir da análise das respostas ficou evidenciado que a cooperativa em estudo cumpre a sua responsabilidade na formação e educação cooperativa dos sócios. Também, que 96% dos respondentes apontaram que a ação desse princípio é necessária no cotidiano da cooperativa. Por fim, 89,9% dos cooperados entrevistados enxergam as diferenças entre a cooperativa deles e as outras empresas concorrentes, o mostra que, pelo 5º princípio, eles percebem o cooperativismo e entendem seu papel para que esta cooperativa siga forte no mercado e, em consequência disso, fundamental para a vida pessoal e profissional de seus associados.

Palavras-chave: Educação Cooperativa. Cooperativa de Saúde. Princípios Cooperativos.

ABSTRACT

The materiality of mutual help between people has been part of the early days of humanity. With the complexity of human sociability, it broke out in different ways of organizing itself. Cooperativism is a very clear representation of man's efficiency in organizing himself economically in favor of a common goal. The objective is to try to understand how cooperative education practiced in the Health Cooperative X interferes in the practice of cooperative principles in the daily life of the institution, especially in relation to the cooperative with its associates. The company cooperated in the area of dentistry, besides being a company that provides services to society, fulfills an important social and economic role, especially with the community of which it is part. In the process of the cooperative's work, it is necessary to look at the seven principles that constitute the cooperative system. Among the seven, this paper highlights the 5th principle: Education, training and information, is understood and defended by many authors as a basis for the others and for the good development of the cooperative. The research was developed from qualitative and quantitative analysis, and based on theoretical studies on cooperativism and cooperative education. Methodologically, a structured questionnaire was applied, on the theme of the research, to the members of a health cooperative and one hundred answers were obtained about the role of the cooperative and the practices in relation to the 5th principle. From the analysis of the answers it was evidenced that the cooperative under study fulfills its responsibility in the training and cooperative education of the partners. Also, that 96% of the respondents pointed out that the action of this principle is necessary in the daily life of the cooperative. Finally, 89.9% of the members interviewed see the differences between their cooperative and the other competing companies, which shows that, by the 5th principle, they perceive cooperativism and understand their role so that this cooperative is strong in the market and, consequently, fundamental for the personal and professional lives of its associates.

Keywords: Cooperativism. Education. Principles.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
1.1 DEFINIÇÃO DO TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA.....	12
1.2 OBJETIVOS.....	13
1.2.1 Objetivo Geral.....	13
1.2.2 Objetivos Específicos.....	13
1.3 JUSTIFICATIVA.....	13
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	15
2.1 COOPERATIVISMO: HISTÓRIA E CONCEITOS.....	15
2.2 PRINCÍPIOS DO COOPERATIVISMO E O SURGIMENTO DO COOPERATIVISMO NA ÁREA DA SAÚDE	21
2.3 DISCUSSÃO AMPLIADA DO QUINTO PRINCÍPIO COOPERATIVO: (EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E INFORMAÇÃO).....	26
3 METODOLOGIA	32
3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	32
3.2 UNIDADE DE ANÁLISE E SUJEITO DE PESQUISA.....	33
3.3 TÉCNICA DE COLETA DE DADOS	35
3.4 TÉCNICA DE ANÁLISE DE DADOS	36
4 LEVANTAMENTO DE DADOS.....	37
4.1 QUESTIONÁRIO AOS ASSOCIADOS.....	37
4.2 ANÁLISE DOS DADOS	45
CONCLUSÃO	50
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	54

1. INTRODUÇÃO

A cooperativa que ganhou grande expressividade, inclusive para os moldes atuais, foi fundada em plena Revolução Industrial, em 1844, na cidade Rochdale-Manchester no interior da Inglaterra com o objetivo de unir pessoas em prol de um mesmo propósito, isto é, visando sempre o bem coletivo. Naquela época houve o aumento exponencial do uso das máquinas, deixando muitos artesãos, trabalhadores rurais e urbanos sem serviço e agravando o desemprego. Foi necessário se pensar em estratégias, sendo de extrema necessidade ter um trabalho que proporcionasse o sustento às famílias (SCHNEIDER, 2019).

Salatino (2018, p. 23), analisando o cenário da época, afirma que a “união de esforços” por meio de associações estava no imaginário da época, como um meio de mudança efetiva na sociedade. A ajuda mútua resultava na organização coletiva, tanto de camponeses como de trabalhadores urbanos, para a reivindicação de melhores condições de trabalho e bem-estar. E foi, nesse contexto do século XIX, que inserimos o cooperativismo como mais uma dessas expressões associativas. Era um momento de intensa discussão intelectual das associações, a própria definição de socialismo e de “comunidade cooperativa” estava em aberto.

O principal diferencial da proposta cooperativa sobre as relações laborais vigentes na época é ser centrado no trabalho, e não no capital, além da posse coletiva dos meios de produção, da autogestão e das relações democráticas dos cooperados. A partir das experiências de trabalho coletivo, os pioneiros do cooperativismo encontraram mais do que uma forma de sobrevivência de suas famílias; criaram uma alternativa ao capitalismo, construíram um marco dentro da organização dos trabalhadores. Entretanto, para que outros trabalhadores pudessem se organizar em empreendimentos semelhantes aos deles, os pioneiros se basearam em suas experiências para formular um conjunto de princípios que representava o diferencial para o modelo capitalista de produção (BAIOTO, 2008)

Schneider (2019, p. 29) complementa o contexto do surgimento do cooperativismo:

Portanto, o cooperativismo surge num contexto de afirmação extremada do predomínio do interesse privado sobre o coletivo e o comunitário, com todas as consequências em termos de concentração de poder e de renda, como é próprio do capitalismo industrial nascente. Tentando superar a absolutização do interesse privado e suas consequências, a cooperação institucional e sistemática então emergente se empenhará por resgatar e reforçar o interesse coletivo e comunitário.

Na Europa do final do século XIX, o cooperativismo surgiu como movimento social. Os princípios cooperativos, internacionalmente reconhecidos, tiveram uma construção sistemática, por meio de congressos e discussões centralizadas principalmente na Inglaterra e França. A partir da década de 1880, ocorreu um processo de unificação do pensamento cooperativo, baseado na experiência dos pioneiros de Rochdale, cujos princípios foram escolhidos e institucionalizados quando da criação da Aliança Cooperativa Internacional (ACI) em 1895 (SALATINO, 2018, p.22). Ao longo dos anos, em mais de trinta congressos internacionais, esta instituição seguiu e segue revisando estes princípios com o objetivo de que permaneçam contextualizados à realidade atual.

Conforme a Organização de Cooperativismo Brasileiro (OCB, 2020), a definição de cooperativismo, não é apenas um modelo de negócio, muito mais que isso se torna uma filosofia de vida, que tem por objetivo buscar a transformação do mundo, tornando-o mais justo, proporcionando um maior equilíbrio econômico aliado ao desenvolvimento social, com sustentabilidade e produtividade.

Schneider (2019) destaca o espírito e os valores cooperativos nos sete princípios cooperativistas básicos e universais:

- a) Adesão voluntária e livre – todos são livres para se associar a uma cooperativa, em igualdade de condições, sem discriminação política, social, racial, ideológica ou sexual;
- b) Gestão democrática – os associados participam nas tomadas de decisões tendo direito ao voto e na definição das políticas de gestão, participando de forma direta e desempenhando a sua contribuição como associado;

- c) Participação econômica – o associado contribui equitativamente ao capital da sua cooperativa, tendo, portanto, retorno sobre a sua movimentação;
- d) Autonomia e independência – as cooperativas são controladas pelos seus membros/associados e são organizações de ajuda mútua, sendo que sempre devem seguir sua autonomia e independência, mantendo assim o controle democrático dos seus membros;
- e) Educação, formação e informação – as cooperativas proporcionam aos seus membros, representantes e funcionários acesso a formação cooperativista, disseminando a importância do cooperativismo, e também o papel do associado perante a cooperativa;
- f) Intercooperação – consiste na integração entre cooperativas buscando unir forças para o desenvolvimento através de estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais;
- g) Interesse pela comunidade - conforme os valores e princípios que regem uma cooperativa, o interesse pela comunidade em que está inserido é premissa fundamental, pois o desenvolvimento local faz parte e influencia diretamente a cooperativa.

Assim uma cooperativa é formada por no mínimo de vinte pessoas que tenham o mesmo propósito independente de sua condição financeira, é fundamental ter um estatuto que prevê regras claras e objetivas embasadas na lei que rege as cooperativas, no Brasil temos a lei nacional nº 5.764/71, seguindo os princípios cooperativistas. O cooperado ou associado é quem tem a palavra final, o voto dele é único e soberano, cabe a ele votar na escolha dos conselheiros, diretoria e deliberar nas decisões acerca de alteração do estatuto, este voto é regido e organizado pela Assembleia Geral (OCB, 2020).

Alguns estudos têm mencionado a importância da educação cooperativa para o fortalecimento da associação. Baioto (2008, p. 46) consegue elucidar muito bem esse tema:

Os valores e os princípios cooperativos necessitam ser considerados como uma das prioridades de um entendimento que se propõe a ser caracterizado como cooperativa. Além da efetividade econômica e do registro legal, necessita desenvolver uma gestão voltada a conciliar a afetividade da dimensão econômica e social. Sendo neste sentido o investimento em

educação cooperativa tão estratégico como o investimento em capacitação técnica.

Peglow (2013), em estudo sobre como a COOPAR desenvolve a formação e educação cooperativa, salienta a importância das ações de formação e educação cooperativa, sendo um dos pré-requisitos fundamentais para que as cooperativas cumpram sua função social e econômica: “essencial para “romper” com a preponderância da visão do “eu” para o “nós””. Segundo Passos (2008), é o ponto de partida para o desenvolvimento e fortalecimento do cooperativismo, através da preparação das lideranças e do cooperado pela conscientização da sua dupla natureza enquanto sócio e, conseqüentemente, dono da cooperativa.

Na visão de Rosa e Alves (2017) a educação cooperativa tem grande importância para o desempenho da cooperativa e desempenho do cooperativismo. Por meio dela consegue-se lealdade e participação dos cooperados, criando um sentimento de pertencimento e identidade com a cooperativa que fazem parte. Já Schneider e Hendges (2006) entendem por educação cooperativa todas as atividades que despertem o interesse comprometido dos sócios. Esta atitude por si só já é um caminho para alcançar a educação. Tais ideias coincidem com a filosofia do Movimento Cooperativo na qual considera-se a educação como uma meta, em que o importante não é educar por educar mas sim envolver o homem na sociedade, de maneira que possua conhecimentos tanto em nível específico – identidade e filosofia cooperativa – como em nível geral.

Dado o exposto, acreditamos que a educação cooperativa é parte fundamental no processo de envolvimento e participação democrática dos associados. Por ter em mãos o poder decisório dos rumos de sua instituição, os cooperados precisam ser atores conscientes desse e todos os processos de como funciona sua cooperativa. Conhecer os preceitos e as bases do cooperativismo é desenvolver um propósito, é trazer o sentimento de pertencimento ao associado, produz benefícios não apenas para si, mas também para a cooperativa a qual são sócios.

A educação é produzida nas instituições cooperativas, mas é na interação dos cooperados, seja na discussão argumentativa sobre o fazer, seja pelo ato

concreto de fazer, que a educação se torna cooperativa. Isso acontece na prática, nas relações entre os cooperantes. É no ambiente da organização cooperativa, na sua ação pedagógica, que a educação contém e revela a noção, a compreensão que se tem do quem vem a ser uma cooperativa. A educação e a cooperação são duas práticas sociais que se processam de tal forma que se complementam e ao mesmo tempo uma contém a outra. A educação é um processo social fundamental na vida dos homens. Na cooperação como processo social, produz-se educação, sendo, assim, a organização cooperativa um lugar social de educação. Entrelaçam-se e potencializam-se como processos sociais. No processo da educação, podem-se identificar práticas cooperativas e, no processo da cooperação, podem-se identificar práticas educativas. Há, portanto, uma estreita relação entre essas duas práticas sociais: na prática cooperativa, para além de seus propósitos e interesses específicos, produz-se conhecimento, educação e aprendizagem; na prática educativa como processo complexo de relações humanas, encontra-se cooperação (FRANTZ, 2001, p.243)

O autor (2001) afirma que a prática cooperativa como expressão das ações entre pessoas que se associam pelos seus interesses ou necessidades é, certamente, também um lugar privilegiado de processos de comunicação, de interação, ou seja, de educação. E, como tal, as organizações cooperativas também se constituem em “espaços pedagógicos” de educação e, conseqüentemente, também de poder.

É de vital importância para uma organização cooperativa a educação. Ela dissemina, fortalece os princípios cooperativistas nas relações dos associados entre si e entre todos que compõem a cooperativa. Em suma, a educação cooperativa alimenta e estimula a cultura cooperativa na organização, aproxima a instituição do cooperado/associado. Sua participação é de extrema importância, pois ele é a parte mais importante da cooperativa, seu voto faz a diferença, sua participação fundamenta os princípios cooperativistas de forma plena e democrática (OCB, 2020).

O estudo e o entendimento dos princípios cooperativos são a base para o desenvolvimento de uma organização cooperativa. Formam a identidade da instituição, divulgam seus valores, aproximando-a de seus cooperados.

Neste contexto, o presente trabalho visa pesquisar como se apresenta os princípios cooperativistas da educação no dia a dia da cooperativa analisada e como eles são apropriados, percebidos em seu grande quadro social.

1.1 DEFINIÇÃO DO TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA

A pesquisa se dedica a estudar uma cooperativa de saúde, que chamamos ao longo do trabalho de Cooperativa X. É uma cooperativa prestadora de serviços de saúde com 40 anos de atuação no mercado, sendo a maior operadora de planos do Sul do país no seu ramo. O atendimento é realizado pelos próprios cooperados, o que mantém o alto padrão na qualidade e excelência dos serviços prestados.

São mais de 600 profissionais cooperados que fazem parte de uma rede com mais de 1200 consultórios em mais de 40 municípios da região sul do país. A cooperativa oferece o atendimento de urgência 24 horas em 3 cidades da sua área de cobertura, atendendo seus beneficiários e também a comunidade.

Ao se associar, o profissional de saúde participa de uma palestra introdutória que salienta os diferenciais da entidade como prestadora de serviços e cooperativa em relação às empresas concorrentes (operadoras de planos não cooperativos, de mercado). Ainda assim, é pequena a porcentagem de cooperados que participam ativamente do cotidiano da instituição, isto é, atuando em conselhos e comissões ou exercendo seu poder de voto nas assembleias gerais; ou ainda, comparecendo nos eventos sociais da cooperativa.

Muitos podem ser os motivos de ausências, a falta de interesse e/ou de compreensão da cooperativa como empresa diferenciada podem ser algumas hipóteses. Avaliamos que para esse aspecto, o desconhecimento do cooperado sobre a importância de seu papel no dia a dia da cooperativa e nos seus resultados possui certa relevância. Por outro lado, devemos nos questionar como são fomentados os princípios cooperativistas no interior da instituição, seja com atividades educativas, seja na informação e comunicação diária com os associados.

Diante do exposto, esta pesquisa busca responder a seguinte questão: como a educação cooperativa praticada na Cooperativa X interfere na prática

dos princípios cooperativos na relação da cooperativa com seus associados?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Compreender de que forma o princípio da educação cooperativa interfere na relação da cooperativa X com seus associados.

1.2.2 Objetivos Específicos

a) Compreender as principais características da Cooperativa X em termos de tamanho, estrutura e seus princípios.

b) Identificar na rotina da cooperativa as práticas de educação cooperativa.

c) Analisar de que forma os princípios cooperativos têm se apresentado no interior da cooperativa, considerando a educação cooperativa como um eixo propulsor de fomentação destes princípios.

d) A partir dos dados obtidos, apresentar limitações e sugerir possibilidades para a cooperativa em relação ao tema estudado.

1.3 JUSTIFICATIVA

O desenvolvimento deste trabalho tem em primeiro lugar uma motivação pessoal do pesquisador. O autor tem observado que, em grande medida, os associados não percebem as vantagens de ser cooperado e de pertencer a uma cooperativa, muito pelo desconhecimento dos princípios fundamentais do cooperativismo. A pesquisa contribuirá para um diagnóstico e poderá apontar caminhos para a difusão dos conhecimentos sobre cooperativismo na cooperativa X.

Em segundo lugar, a escassa quantidade de estudos no meio acadêmico sobre a recepção e entendimento dos princípios pelos associados em cooperativas prestadoras de serviço em saúde comprova a necessidade de estudos que mapeiem o conhecimento cooperativo desses associados. Um dos

poucos trabalhos encontrados, mas que não estuda diretamente o assunto abordado por esta pesquisa, é o estudo realizado por Cardoso e Castagna (2019). Os autores propõem um modelo diagnóstico que permite avaliar o nível de adoção das boas práticas de governança corporativa em uma cooperativa de saúde.

Outro estudo que destacamos foi realizado por Duarte (2001). Esse autor, aborda a história e as características da UNIMED Brasil. Na perspectiva em que nos debruçamos a pesquisar, verificamos a necessidade de maior produção e criação de dados para analisar as cooperativas de saúde.

Já no âmbito interno da cooperativa estudada, a pesquisa poderá contribuir em todos os níveis da organização, hierárquicos e laborais, a partir da reflexão dos dados obtidos (no conselho de administração, entre os cooperados, os colaboradores e os funcionários), utilizando-os como ferramenta de diagnóstico, aos entes da cooperativa, sobre aqueles princípios que estão mais ou menos presentes no seu dia a dia.

Este trabalho visa contribuir com o fortalecimento de vínculos, entre cooperados e todo o quadro social, mediante a educação cooperativa. Como os cooperados percebem os diferenciais de uma empresa cooperativa de prestação de serviço de saúde? Como observam a relação da cooperativa e as companhias mercantis que concorrem com a Cooperativa X? Quais as possibilidades e limitações que a cooperativa apresenta em relação a educação cooperativa e o desenvolvimento dos princípios em sua rotina?

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 COOPERATIVISMO: HISTÓRIA E CONCEITO

Antes de promover uma discussão sobre o cooperativismo é um debate ampliado sobre a educação cooperativa, busca-se dentro do arcabouço histórico, conceito e origem do cooperativismo incorporado como ação mantenedora de muitas ações da sociedade. *A priori*, cabe dizer que o senso de cooperação nasceu desde a origem do homem. A espécie humana sempre buscou manter-se em grupos para suprir suas necessidades mais básicas e de sobrevivência (SOBREIRO; BODART, 2016).

Destacada por Griebeler, Büttgenbender e Morais (2022), o cooperativismo traz dois elementos que balizam suas atividades: o social e econômico. Importante ressaltar, que a essência desse movimento econômico incorpora diversas filosofias que fizeram parte da humanidade em diferentes momentos como a Revolução Francesa, o iluminismo, o humanismo e a própria questão do desenvolvimento capitalista fortalecida pela Revolução Industrial no século XVIII. Por isso, ao buscar entender a essência do cooperativismo, deve-se compreender todos esses elementos.

Marra (2016) esclarece que o fortalecimento do cooperativismo moderno teria suas primeiras construções com Peter Cornelius Plockboy, no século XVI. O holandês acredita que a união de pessoas em comercializar seus produtos poderia trazer melhores lucros, que eram levados por muitos intermediários. As “Colônias Cooperativas” de Plockboy poderiam ser consideradas como mais um importante momento na história para a construção mais efetiva do cooperativismo. Mas foi com a Revolução Industrial com bases modernas e construção de doutrinas que regulamentaram a atividade cooperativa e impactaram o mundo com uma corrente econômica em favor do desenvolvimento social e econômico.

De acordo com Amaral (2015, p. 15)

A humanidade, a partir de então, desencadeou um processo de crescimento em proporções geométricas, em que o intervalo entre invenções tecnológicas era cada vez menor. Passamos por guerras (que tiveram papéis importantíssimos na evolução tecnológica), pelas revoluções industriais, robóticas, genéticas e informacionais. Em pleno século XXI, vivemos a era da informação, na qual as tecnologias da informação e

comunicação proporcionam um ritmo de desenvolvimento cada vez mais frenético à civilização humana.

Desse modo, Amaral (2015) aponta que as mudanças na sociedade só foram possíveis pela sua curiosidade em fomentar novas ideias nos campos da ciência e da tecnologia. Com a Revolução Industrial houve um movimento migratório das pessoas do campo para as grandes cidades. A busca por melhor condição de vida trouxe um universo grande de pessoas para trabalhar nas indústrias. Mas não havia emprego para todos. No início da Revolução Industrial e por muitas décadas à frente, os trabalhadores tinham que se submeter a uma jornada excessiva de trabalho e a remuneração paga não garantia a satisfação de suas necessidades básicas, como a alimentação. Isso geraria um aumento populacional nas cidades sem direitos e compostos em quadros graves de desigualdade social (MARRA, 2016).

A humanidade sempre contou com importantes intelectuais que se dispuseram a estudar o comportamento do homem e suas relações com o meio em que vive. Uma dessas notáveis e importantes figuras foi Robert Owen (1751 – 1858). Ele é considerado o pai do cooperativismo moderno. Era dono de quatro fábricas têxteis na Inglaterra e implementou em suas fábricas condições melhores de trabalho, tendo em vista as formas insalubres e desumanas que as pessoas viviam no desenvolvimento de suas atividades na indústria. (SALATINO,2018).

Conforme salienta Salatino (2018, p. 133), Owen apresenta “uma nova sociedade possível, ideal, livre, e autossuficiente com a criação de vilas comunitárias”, fomentando a ajuda mútua. Owen construiu uma série de medidas em suas indústrias como: proibiu o trabalho infantil para menores de 10 anos, criou escolas junto às fábricas, diminuiu as jornadas de trabalho, fomento a formação humana pela educação aos trabalhadores e pensou o cooperativismo como método.

De acordo com Griebeler, Büttenbender e Morais (2022, p. 103)

Nesta linha de pensamento refuta-se a ideia de vincular este verbete “cooperativismo” com a proposta que o mesmo seria um coletivo de cooperativas ou modelo de negócios. O Cooperativismo possui valores próprios (doutrina) e é reafirmado pelos seus princípios que são a cristalização das práticas de milhares de cooperativas ao longo de um século e meio de experiências ao redor do mundo (teoria).

A cooperativa que se destacou e serviu de exemplo, inclusive para os moldes atuais, foi fundada em plena Revolução Industrial, em 1844, na cidade Rochdale-Manchester no interior da Inglaterra com o objetivo de unir pessoas em prol de um mesmo propósito, visando sempre o bem coletivo. Naquela época, houve o aumento exponencial do uso das máquinas, deixando muitos artesãos, trabalhadores rurais e urbanos sem serviço e agravando o desemprego. Foi necessário se pensar em estratégias para gerar trabalho que pudesse sustentar essa população (SCHNEIDER, 2019).

Analisando o cenário da época, Salatino (2018, p. 23) ressalta que a união através de associações estava no imaginário da época, como uma forma de mudança na sociedade. A ajuda mútua resultava na organização coletiva, tanto de camponeses como de trabalhadores urbanos, para a reivindicação de melhores condições de trabalho e bem-estar. E foi, nesse contexto do século XIX, que inserimos o cooperativismo como mais uma dessas expressões associativas. Era um momento de intensa discussão intelectual das associações, a própria definição de socialismo e de “comunidade cooperativa” estava em aberto.

Segundo Baioto (2018), a grande diferença da proposta cooperativa sobre as relações laborais vigentes na época era o foco no trabalho, e não no capital, além da posse coletiva dos meios de produção, da autogestão e das relações democráticas dos cooperados. A partir das experiências de trabalho coletivo, os pioneiros do cooperativismo encontraram mais do que uma forma de sobrevivência de suas famílias; criaram uma alternativa ao capitalismo, construíram um marco dentro da organização dos trabalhadores. Porém, para que outros trabalhadores pudessem se organizar em empreendimentos semelhantes aos deles, um conjunto de princípios que representava o diferencial para o modelo capitalista de produção foi formulado por esses pioneiros com base nas suas experiências.

No Brasil, encontram-se citações referentes às primeiras experiências de cooperativas desde a década de 1840, nas regiões sul e sudeste. Em 1891 fundou-se, na cidade de Limeira, São Paulo, a Associação Cooperativa dos Empregados da companhia telefônica (SILVA, 2009, p. 64). De acordo com o art. 4º da Lei 5794/1971:

Art. 4º As cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades pelas seguintes características:

I – adesão voluntária, com número ilimitado de associados, salvo impossibilidade técnica de prestação de serviços;

II – variabilidade do capital social representado por quotas-partes;

III – limitação do número de quotas-partes do capital para cada associado, facultado, porém, o estabelecimento de critérios de proporcionalidade, se assim for mais adequado para o cumprimento dos objetivos sociais;

IV – inaccessibilidade das quotas-partes do capital a terceiros, estranhos à sociedade;

V – singularidade de voto, podendo as cooperativas centrais, federações e confederações de cooperativas, com exceção das que exerçam atividade de crédito, optar pelo critério da proporcionalidade;

VI – quórum para o funcionamento e deliberação da Assembleia Geral baseado no número de associados e não no capital;

VII – retorno das sobras líquidas do exercício, proporcionalmente às operações realizadas pelo associado, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral;

VIII – indivisibilidade dos fundos de Reserva e de Assistência Técnica Educacional e Social;

IX – neutralidade política e discriminação religiosa, racial e social;

X – prestação de assistência aos associados, e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da cooperativa;

XI – área de admissão de associados limitada às possibilidades de reunião, controle, operações e prestação de serviços. (BRASIL, 1971).

A normatização das atividades do cooperativismo no Brasil trazida pela Lei 5794/71 marca um importante momento na construção legal das cooperativas. Isso é importante, porque as cooperativas também fazem parte de um conjunto de atividade econômica, o Sistema Financeiro do Brasil. Um ponto que se pode destacar no art. 4º da Lei 5794/71 está no Inciso I, que versa sobre a adesão voluntária. O cooperativismo é uma atividade econômica que se consolida por interesses individuais e coletivos. Não há pressão política ou econômica que force os cidadãos a fazerem parte das cooperativas. A solidez e a permanência das cooperativas na sociedade se deram pela eficiência de serviços prestados aos associados, sobretudo pela transparência financeira das instituições cooperadas.

Conforme a Organização de Cooperativismo Brasileiro (OCB, 2020), a definição de cooperativismo, não é apenas um modelo de negócio, muito mais

que isso, se torna uma filosofia de vida, que tem por objetivo buscar a transformação do mundo, tornando-o mais justo, proporcionando um maior equilíbrio econômico aliado ao desenvolvimento social, com sustentabilidade e produtividade.

Assim, uma cooperativa é formada por no mínimo de vinte pessoas com interesses comungados, indiferente de sua condição financeira. É fundamental ter um estatuto que prevê regras claras e objetivas embasadas na lei que rege as cooperativas, como observado pela Lei nº 5.764/71, que rege os princípios cooperativistas. O cooperado ou associado é quem tem a palavra final, o voto dele é único e soberano, cabe a ele votar na escolha dos conselheiros, diretoria e deliberar nas decisões acerca de alteração do estatuto, este voto é regido e organizado pela Assembleia Geral (OCB, 2020).

As relações entre a administração da empresa e seus sócios deve ser pautado em uma ação harmoniosa, técnica e planejamento. Assim também para o gerenciamento de uma cooperativa. Dessa forma, é relevante trazer a questão da Governança Corporativa que engloba os interesses dos associados e a questão administrativa da qual é necessária fazer com excelência, organização da gestão e cuidado com a sobrevivência da empresa no mercado (MELO SOBRINHO *et al*, 2009).

As cooperativas de saúde como a Cooperativa X precisam estabelecer um conjunto de ações que deixem muito transparente as intenções, prestações de contas e equidade. Isso não seria diferente para qualquer empresa do ramo comercial, inclusive as cooperativas. Assim, tais ações referem-se a gestão. A governança corporativa vai muito além da questão contábil, do pagamento dos gestores, das compras e observâncias legais, ela está intrinsecamente ligada ao planejamento organizacional e de atendimento aos *stakeholders*, que são compostos por esferas de governo, empregados, clientes e sociedade (MELO SOBRINHO *et al*, 2009).

De acordo com Melo Sobrinho *et al*. (2009, p. 33)

Governança corporativa trata do governo estratégico da empresa, da articulação e da distribuição do poder entre as partes com direitos de propriedade e os responsáveis pela gestão. Não se limita a questões de verificação de procedimentos contábeis, a auditorias ou a remuneração dos

gestores, mas aborda o efetivo exercício da propriedade. Nas corporações, direciona a questões que envolvem as relações entre controladores, acionistas minoritários, gestores, mercado de capitais e financiadores em geral, assim como entre diversos grupos influenciados pela ação da empresa (stakeholders), tais como empregados, clientes, fornecedores, órgãos reguladores e sociedade.

A citação supracitada engloba que a governança estabelece um conjunto de ações em favor da empresa e de todas as pessoas que estão ligadas de forma direta ou indireta a ela. Dessa forma, vale constatar que as articulações de planejamento das cooperativas devem ser pautadas em interesses desses grupos de pessoas, sobretudo quando se trata de sociedade e governo, há de observar as convenções e normas legais já instituídas por elas.

Existiu por muito tempo uma discussão e até se pode dizer conflitos entre os sócios e os administradores dentro das cooperativas. Na verdade, o termo discutido por Silva, Caleman e Silva (2018) é a propriedade e o controle. Nos Estados Unidos organizou um papel muito bem definido nas décadas anteriores sobre a participação de um e de outro nas organizações cooperativas.

O que ficou estabelecido é que os sócios (proprietários) não eram donos com poder de controle, o ato de administrar ficou como competência dos administradores. Certo dizer, que nem por isso, os administradores poderiam executar o seu trabalho com plenos poderes para fazer o que bem entenderem. A própria organização cooperada possui estatuto e convenções que precisam ser respeitadas (SILVA; CALEMAN; SILVA, 2018).

Nem todas as cooperativas adotam essa separação, mas para aquelas com organizações mais complexas e maiores isso é necessário. Porém, por outro lado, existem tensões entre os administradores constituídas pela busca de poder e permanência na organização cooperativa. Mas cabe dizer que a representatividade de poder dada a qualquer pessoa da diretoria administrativa é feita pelo associado. O que deve ser buscado no seu papel outorgado pela maioria de sócios é a gestão de boa governança cooperativista (SILVA; CALEMAN; SILVA, 2018).

Maciel *et al* (2018) entendem que as cooperativas são organizações com rotinas de trabalho e ações administrativas complexas. São constituídas de forma hierárquica e atendem aos interesses de seu ramo de atividade em primeira ordem. Por isso, a Gestão Cooperativista, deve estabelecer um conjunto

de planejamento visando a sustentabilidade da empresa no ramo comercial e atendendo aos interesses dos associados.

Estes autores ainda argumentam que mesmo com a responsabilidade econômica da empresa, a Governança Cooperativista baseada nos valores de ajuda mútua, igualdade, democracia, solidariedade, auto responsabilidade e equidade, devem fortalecer os valores culturais dos associados e da comunidade. Quando isso acontece a Governança Cooperativista é capaz de impulsionar os interesses dos associados e das políticas de crescimento sustentável, de fortalecimento do cooperativismo e redução dos conflitos entre propriedade e controle.

2.2 PRINCÍPIOS DO COOPERATIVISMO E O SURGIMENTO DO COOPERATIVISMO NA ÁREA DA SAÚDE

O cooperativismo tem fundamento legal no Brasil pela Lei 5794/71. Porém, é preciso perceber que a essência desse instrumento social e econômico, se baseia em princípios, conforme já mencionado neste trabalho.

De acordo com Cançado *et al.* (2014), os princípios de Rochdale sofreram mudanças nas reuniões posteriores da ACI. Sobre essas mudanças, destaca-se o ano de 1937 em Paris, 1966 em Viena e 1995 em Manchester. Todas elas passaram por intensa discussão da ACI e dos membros cooperados. As mudanças ocorreram porque a sociedade se apresentava diferente, apresentando novos interesses no campo social e econômico.

Tabela 1 – Mudanças desde os princípios de Rochdale até a de Manchester

PRINCÍPIOS COOPERATIVISTAS			
Estatuto de 1844 (Rochdale)	Congressos da Aliança Cooperativa Internacional		
	1937 (Paris)	1966 (Viena)	1995 (Manchester)
1. Adesão Livre 2. Gestão Democrática 3. Retorno Pro Rata das Operações 4. Juro Limitado ao Capital Investido 5. Vendas a Dinheiro 6. Educação dos Membros 7. Cooperativização Global	a) Princípios Essenciais de Fidelidade aos Pioneiros 1. Adesão Aberta 2. Controle ou Gestão Democrática 3. Retorno Pro-rata das Operações 4. Juros Limitados ao Capital b) Métodos Essenciais de Ação e Organização 5. Compras e Vendas à Vista 6. Promoção da Educação 7. Neutralidade Política e Religiosa.	1. Adesão Livre (inclusive neutralidade política, religiosa, racial e social) 2. Gestão Democrática 3. Distribuição das Sobras: a) ao desenvolvimento da cooperativa; b) aos serviços comuns; c) aos associados pro-rata das operações 4. Taxa Limitada de Juros ao Capital Social 5. Constituição de um fundo para a educação dos associados e do público em geral 6. Ativa cooperação entre as cooperativas em âmbito local, nacional e internacional	1. Adesão Voluntária e Livre 2. Gestão Democrática 3. Participação Econômica dos Sócios 4. Autonomia e Independência 5. Educação, Formação e Informação 6. Intercooperação 7. Preocupação com a Comunidade

Fonte: Cançado *et al.* (2014)

Na Tabela criada por Cançado *et al.* (2014) colocando os princípios do cooperativismo de 1844 até o ano de 1995, pode-se perceber que o aporte em educação dos associados foi uma ação consolidada em todos os princípios. Uma coisa que chama a atenção é o princípio 7 / 1937, que versa a questão da neutralidade política e religiosa para um envolvimento social muito mais consolidado no ano de 1995. Isso pode ser explicado pelo fato de que a sociedade global e brasileira começou a tratar seus negócios sob perspectivas da Responsabilidade Social. Todas as cooperativas são observadas pelos princípios de Manchester 1995. Dessa condição, pode-se dizer que elas fazem parte de um novo e moderno instrumento cooperativo, sobretudo, estão mais coesas com as concepções do mundo globalizado.

Meinen e Port (2014) descrevem o primeiro princípio de Manchester, Adesão Voluntária e Livre, como pertencente a um grupo de valores trazidos pela liberdade e igualdade. Esses dois elementos fizeram parte das correntes humanistas do período da Revolução Francesa. O segundo princípio, normatiza

os passos da cooperativa dando suporte às questões da democracia e da responsabilidade. O terceiro princípio fomenta ações para o crescimento da estrutura patrimonial com base nas reservas e no capital social.

Esse conjunto formado pelos três princípios descritos por Meinen e Port (2014) constituem toda a dinâmica interna da cooperativa. Eles estão relacionados a construção da formação e a consolidação de todo o vínculo associativo dos indivíduos da organização. O quarto princípio, autonomia e independência, traz em seu objeto que as pessoas que fazem parte do sistema cooperado, não podem ter visões individuais ou unilaterais que comprometam o controle democrático de todas as pessoas que são sócias de uma unidade cooperada (RIBEIRO, 2012).

O quinto princípio, o qual é objeto de estudo desta pesquisa, é o da educação, formação e da informação. Esse é considerado um dos principais mecanismos que podem sustentar os interesses e base da cooperativa. A proposição é formar os associados aos valores da cooperativa, perpetuando e consolidando cada um deles em todos os processos de relacionamento (BÚRIGO; ROVER; FERREIRA, 2021).

O sexto princípio, a intercooperação, é decisivo para nortear o relacionamento entre cooperativas. Elas podem realizar ações conjuntas, praticando assim o valor da solidariedade, pois é de interesse de qualquer cooperativa que organizações de origem semelhantes, do mesmo e de outros ramos, se desenvolvam. (BÚRIGO; ROVER; FERREIRA, 2021, p. 58).

Todos os princípios de Manchester (1995) promovem a preocupação com o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável. Isso porque o Mundo percebeu que a interferência do capital na busca excessiva pelo lucro, precisaria incorporar cuidados, diretrizes e prospecções com o futuro do planeta e da comunidade. Em um relatório intitulado “Cooperativas e o Meio Ambiente”, que surgiu no Congresso da ACI em 1992 em Tóquio, foi aprovada a Declaração do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável (BÚRIGO; ROVER; FERREIRA, 2021).

Estes autores apontam que no Congresso da ACI em 1995, se determinou que todas as cooperativas montassem planos estratégicos com observância às questões ambientais. Com toda essa discussão, nasceu o sétimo princípio que não havia sido observado nos princípios de Viena (1966), o da “Preocupação

com a Comunidade”. Entende-se como importante esse princípio, pois a cooperativa trabalha em benefício de seus sócios. Nada mais justo que ela tenha um interesse de observação e execução de atividades em benefício da comunidade onde a cooperativa está inserida.

O sétimo princípio cooperativista no Brasil depende do que o cooperativismo esteja estabelecido de melhor forma dentro do campo jurídico institucional, afirmam Búrigo, Rover e Ferreira (2021, p.54). O envolvimento com a comunidade das cooperativas tem se intensificado nos últimos anos. É importante deixar muito claro quais são os limites e todas as possibilidades de cumprir esse papel junto ao seu meio de atuação, dando maior legitimidade de ação às pessoas jurídicas e físicas em todo o seu raio de ação.

As cooperativas na área da saúde surgiram no Brasil a partir da década de 1960. São mais de 50 anos que oferecem diversos serviços médicos a mais de 25% da população brasileira e estão presentes em 85% do território nacional. Considerado como o maior conjunto de cooperativa no Mundo, somente no Brasil elas empregam mais de 108 mil pessoas (AIRES, 2021).

Na concepção de Aires (2021) as cooperativas de saúde prestam serviços na área médica, psicológica, odontológica, psicológica e outros. Além do fomento à economia nacional e local, as cooperativas na área de saúde produzem serviços de qualidade com preços mais acessíveis aos cidadãos que são cooperados.

Foi a partir do ano de 1980 que as cooperativas no setor de saúde ganharam maior força. Isso foi motivado pela questão da abertura do advento do mercado econômico e político trazido pela globalização. Outra conjuntura importante foi o novo regime de governo trazido no ano de 1985 com a queda do regime militar e no ano de 1988 com a promulgação da Constituição Federal de 1988 (TEIXEIRA, 2000).

A partir da Constituição Federal de 1988, o Brasil criou campos importantes para o cuidado da saúde odontológica da população. Com isso, muitos problemas sociais passaram a ter atenção e o índice de pessoas com problemas dentários começou a cair no Brasil. No primeiro momento, houve a redução de serviços nessa área (ANS, 2009).

Ao falar em cadeia de saúde, ela é formada por seis elos verticais: desenvolvimento do conhecimento, fornecimento de produtos e tecnologias,

serviços de saúde, intermediação financeira, financiamento da saúde e consumo. O fortalecimento da área de saúde no Brasil tem início com o pensamento desenvolvimentista na parte da Indústria por Juscelino Kubitscheck. Desse modo, muitas empresas estrangeiras começaram a fixar suas estruturas em um novo mercado internacional. O setor da indústria e prestação de serviços de saúde como segmento particular também se constituíram como forma de um novo mercado econômico no país (MAGALHÃES FILHO, 2012).

Já no período do governo militar em 1964, o Decreto Lei n. 200/64 colocaria a possibilidade de contratação da iniciativa privada em saúde para atender as necessidades do Governo Federal. No ano de 1978, o Brasil tem uma forte crise no setor de petróleo, que era uma base importante de arrecadação. Com isso, muitos dos contratos públicos com a iniciativa privada em saúde foram cortados. E até a promulgação da Constituição Federal de 1988 a saúde privada no Brasil foi desfavorecida por falta de incentivo no país (MAGALHÃES FILHO, 2012). Entretanto, novos cuidados com a saúde da população começaram a surgir, como o câncer local e a entrada preventiva, que se tornou prioridade e uma política de governo das três esferas administrativas. Com isso, houve um aumento substancial nos planos. Conseqüentemente, a prestação de serviços na área específica ganharia o *status* de um dos maiores prestadores de serviços no território brasileiro (ANS, 2009).

De acordo com Magalhães Filho (2012), a cadeia na área da saúde tem uma composição ao Produto Interno Bruto (PIB) relevante em muitos países. No Brasil, isso não é diferente. Por exemplo, em 2007 todo o mercado na área da saúde correspondia a 8,4% do PIB Brasil.

Em relação à odontologia, os passos de uma organização profissional e coletiva no país foram construídos ao final da primeira década do século XXI. Atualmente, há mais de 277 mil profissionais inscritos no Conselho Federal. As primeiras empresas que surgiram no Brasil eram fortemente ligadas ao setor privado.

De acordo com a Agência Nacional de Saúde Suplementar (2009, p. 42)

Após dez anos de publicação da Lei nº 9.656/98, o processo regulatório possibilitou avanços para a saúde suplementar. A regulamentação impôs um novo padrão institucional à entrada, permanência e saída das empresas no mercado. As operadoras de planos odontológicos vivenciaram o processo regulatório, adaptando-se às regras e construindo um produtivo diálogo com a ANS no reconhecimento das

especificidades desse segmento. O crescimento do número de beneficiários em planos odontológicos pode ser atribuído a uma latente demanda de usuários com necessidades odontológicas, às dificuldades de acesso aos serviços públicos, e à potencialidade de nichos de mercado a serem explorados.

O que está implícito na citação supracitada, é que os serviços públicos na área ainda são de difícil acesso pela população. Com isso, as pessoas que possuem um poder aquisitivo menor, acabam migrando para planos de saúde que custam menos que os atendimentos particulares. Nessa linha, as cooperativas de saúde se tornam atrativas, devido a preços e serviços mais acessíveis à população.

O Brasil tem o maior cooperativismo da área médica no mundo. Atualmente, são cerca de 240 mil profissionais que atendem, aproximadamente, 25 milhões de pacientes em 83% dos municípios brasileiros. Atualmente o setor movimenta aproximadamente R\$36 bilhões, representando 32% do mercado privado de saúde no Brasil. Em relação à saúde suplementar, o cooperativismo ocupa a segunda posição, englobando 29% do total das operadoras (COOPERATIVA, 2022). Estes dados reforçam a força e a importância das cooperativas de saúde na realidade brasileira.

2.3 DISCUSSÃO AMPLIADA DO QUINTO PRINCÍPIO COOPERATIVO: EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E INFORMAÇÃO

As organizações que trabalham em forma de cooperativismo estão altamente presentes na vida da comunidade onde elas estão representadas. As cooperativas tentam se integrar a valores já estabelecidos dentro do grupo social. Dentro do quinto princípio do cooperativismo, as unidades cooperadas devem estabelecer suas diretrizes na Educação, Formação e Informação. Os sócios devem compreender os objetivos das cooperativas e se integrarem a eles (GERHART *et al*, 2018).

Dentro do campo da educação, pode-se dizer que a educação como princípio representa um importante instrumento na transformação e conscientização de pessoas, mas não se quer aqui falar de uma educação tradicional que fez parte de um período conservador, e ainda possui seguidores no sistema de ensino em muitas unidades escolares. Mas quer trazer para si, o intuito de educar para integrar e transformar. (GERHART *et al*, 2018).

Rosa e Alves (2017) esclarecem que a educação cooperativista tem que ter como diretriz a formação e informação sobre a cooperativa aos seus cooperados. Instrumentalizá-los através de valores e princípios da organização faz surgir o sujeito cooperativo, solidário e atento ao desenvolvimento de sua própria comunidade. Vale ressaltar, que os princípios norteiam a conduta da instituição e de seus associados.

O 5º princípio “educação, formação e informação” quando consolidado como forma de construção positiva do sujeito e da instituição nasceria um intuito de luta e contribuição de seus membros para fortalecê-la, principalmente aos membros mais jovens que podem fortalecer sua opinião sobre a natureza e as vantagens da cooperação (ROSA; ALVES, 2017).

Nas concepções desses autores (2017, p. 7)

[...] um erro comum que ocorre, é que quando as cooperativas em resultados econômicos satisfatórios tendem a deixar de lado as práticas de educação, o que não deveria acontecer, pois um processo educativo constante fortalece os vínculos da cooperativa, desta forma é necessário que o sócio possua uma relação de igualdade com a cooperativa, onde uma parte contribua com a outra.

Os autores argumentam que os demais princípios do cooperativismo dependem do 5º para sobreviverem. A auto dependência se materializa porque quando o cooperado possui uma gama de informação, é formado e está em um projeto de educação para entendimento do cooperativismo, assume a vontade de fortalecer o objeto pelo qual a cooperativa deseja conquistar. As forças e parcerias, só ampliam e fortalecem essa questão. Muitas unidades cooperativistas não entendem essa importância do quinto princípio. Desse modo, não produzem políticas importantes para conquistar a vontade do seu cooperado em fortalecer seus interesses.

Entendido como essencial, a educação cooperativista articula um conjunto de práticas que promove além do conhecimento, o bem estar de seus associados. São duas condições importantes a serem descritas. O mais importante é entender que elas buscam fortalecer o envolvimento do associado e ao mesmo tempo construir políticas que busquem a sua satisfação com a unidade cooperada (ROSA; ALVES, 2017).

Desse modo, a educação cooperativista traz a relevância para o cooperativismo e da própria cooperativa. Mesmo que a unidade cooperada tenha

a produção de serviços mais acessíveis, ela precisa de sustentabilidade financeira, de boa imagem e de oportunizar mais acesso a novos cooperados. Com essa questão, quanto mais fomentado o campo do conhecimento e quanto mais a sua marca se tornar forte, mais sólida ela fica (ROSA; ALVES, 2017).

De acordo com Frantz, Schönardie e Schneider (2017, p. 5)

O cooperativismo moderno, a partir do século XIX, se constituiu como uma reação às dificuldades técnicas, sociais, políticas e culturais, frente à lógica da acumulação do capital. As modernas formas de organização cooperativa nascem no espaço do mercado capitalista, isto é, onde as relações econômicas são ditadas pelo interesse do capital. A cooperação moderna propõe mudanças na organização econômica da sociedade, mediante a instauração de um sistema baseado em associações-cooperativas, de caráter econômico, postas a serviço das necessidades e dos interesses de quem trabalha.

Essa questão, trazida por Frantz, Schönardie e Schneider (2017) mostra que com o surgimento das cooperativas ao longo de momentos diferentes na história, os próprios valores incorporados são outros. Isso demonstra que a questão do próprio capital ou do capitalismo deve ser objeto de discussão na formação, informação e educação dos sócios.

Ao cerne da palavra cooperativista, pode-se trazer que ela carrega várias conceituações e sentidos. Entre muitos pode-se dizer que a cooperativa é uma união de pessoas com natureza física e jurídica, argumentam Safanelli *et al.* (2011). Ainda para os autores, para que um sistema de cooperativa possa ganhar sustentabilidade ela deve incorporar valores da sua comunidade e associados. Por isso, a formação dos sócios deve ser planejada e adequada com suas perspectivas. E para essa construção a cooperativa deve oportunizar um movimento de conhecimento na área estrutural, instrumental, tecnológico e cultural. Esses elementos já fazem parte do mundo moderno e muito presente na vida das pessoas.

Safanelli *et al.* (2011) atrelam a palavra educação a capacitação. Quando esse termo é construído, entende-se que a capacitação é que deve ser construído de forma constante ou contínua. A educação por si própria não pode gerar um campo fragmentado de articulações, mas sim projetado como um conjunto de ações que podem incorporar diversos elementos; uma delas a capacitação.

Camanho (2016) entende que educar é uma ação complexa, mas importante como um processo social, cultural e histórico. É uma das ações mais nobres que um ser humano pode exercer. A educação existe quando uma condição a ser buscada somam-se pelos interesses. Nessa razão, a educação só acontece com o compartilhamento e aceitação das partes em serem instruídas.

A educação só se efetiva quando o campo da liberdade está presente. Não se educa pela opressão, como dizia Rousseau. O grande filósofo e pensador do campo humano e sociedade, entendia que a educação deve romper com o senso comum e buscar a construção de pessoas críticas, ativas e reflexivas, que portanto essas condições poderiam modificar a sociedade e a própria vida. Uma das lutas do filósofo era contra a educação de massa e de manipulação. Não seria essa educação trazida por Safanelli *et al* (2011) que seria tratada no quinto princípio cooperativismo, mas sim uma educação formativa de atitudes, criticidade e parcerias.

Quando as pessoas são levadas pela educação a ter uma nova atitude, se distanciam de uma vida própria de um estado natural. Começam a incorporar ações importantes para modificar realidades. Tomam-se expoentes que podem ampliar o sucesso, a busca e o fortalecimento da união em grupos. Por isso, traz a questão do homem social, pois ele não consegue mais agir sozinho. Depende do outro para existir e construir o seu campo de permanência na sociedade (FREITAS, 2013).

De acordo com Moran (1999) a construção da educação tem dois elementos necessários: ensinar e aprender. Existe entre eles uma subjetividade de relações muito grande. Ainda pode-se dizer que a educação de pessoas de grupos precisa ser planejada, aberta e participativa. A mútua cooperação na construção do conhecimento amplia a efetividade do objeto em construção. Os fatores que constroem essas relações devem estar longe de uma ação engessada e não significativa aos que estão aprendendo.

De acordo com Dias e Pinto (2019, p. 1)

A educação é, portanto, um processo social que se enquadra numa certa concepção de mundo, concepção esta que estabelece os fins a serem atingidos pelo processo educativo em concordância com as ideias dominantes numa dada sociedade. A educação não pode ser entendida de maneira fragmentada, ou como uma abstração válida para qualquer tempo e lugar,

mas, sim, como uma prática social, situada historicamente, numa determinada realidade.

A questão da educação trazida por Dias e Pinto (2019) é justamente o que aponta Moran quando estabelece que a educação é um meio pelo qual se criam ações transformadoras. E para que isso aconteça, é necessário um comprometimento de mudanças ao agente que dispõe a ensinar. Na educação cooperativa já apontada por Safanelli *et al* (2011) a construção da educação deve ter essa preocupação. Somente dessa forma o quinto princípio do cooperativismo conseguiria exercer a sua essência filosófica e social.

Nas concepções de Peglow (2013) deixa muito claro que a educação cooperativa deve ter o caráter doutrinário e a prática da cooperação. Essas duas ações são fundamentais para o desenvolvimento das organizações cooperadas. Para que o quinto princípio tenha materialidade a Lei 5764/71 cobra que as cooperativas constituam o Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social (FATES). O valor repassado ao fundo chega a 5% das sobras líquidas apuradas no exercício.

De acordo com Peglow (2013, p. 3)

[...] a educação cooperativa é voltada para aprofundar a identidade cooperativa, seu projeto de sociedade e economia e constitui sua visão sobre a dignidade da pessoa humana, seus valores, princípios e normas, seu estilo de vida e de trabalho que pretende construir, contribuindo para a elaboração de uma identidade comum entre os associados.

Outra questão que Peglow (2013) levanta é que a educação deve ser construída nos sistemas cooperados deve introduzir um modelo afastado da educação bancária como descrito por Paulo Freire. Nesse tipo de ação educacional, as pessoas são meras receptoras de informação. Negando, nesse sentido, a sua comunicação e participação. A Educação cooperativa deve transcender o objeto apenas formativo para buscar nova cultura, novo pensamento, princípios e fortalecimento das normas construídas, principalmente de modo convencionalizado.

Frantz, Schönardie e Schneider (2017) consideram que ao buscar o conhecimento, muitas coisas devem ser levadas em conta em todo o processo. Faz parte de tudo isso as frustrações, crenças, erros, frustrações, quebra-cabeças, anomalias e tudo deve fazer parte da construção do conhecimento.

Isso está condicionado à efetividade de todo o percurso da idealização de um novo conceito ou uma nova percepção.

3 METODOLOGIA

Freitas e Prodanov (2013, p. 24) definem o método como caminho para chegarmos a determinado fim. E método científico como o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para atingirmos o conhecimento. Método científico é o conjunto de processos ou operações mentais que devemos empregar na investigação. É a linha de raciocínio adotada no processo de pesquisa.

Gil (2008, p. 08) afirma que pode se definir método como caminho para se chegar a determinado fim. E método científico como o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento.

Com a definição do método, o pesquisador poderá definir qual a melhor maneira de fazer a pesquisa, poderá escolher a forma para ser usado no procedimento de averiguação científica. Com o método escolhido, ele irá nortear a seleção das técnicas e coleta de dados que serão utilizadas pelo pesquisador. (SACCOL *et al.*, 2012).

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

A pesquisa realizada foi do tipo quantitativo. Buscamos utilizar esse tipo de pesquisa com o objetivo de criar uma resposta geral e estatística sobre a educação cooperativa na Cooperativa X, a partir das respostas dadas por amostra da população-alvo. Para Richardson (1999), a adoção de um paradigma quantitativo induz a coleta de dados estruturados e da quantificação tanto na coleta de informações quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas, desde as mais simples, como percentual, média e desvio padrão, às mais complexas, como coeficientes de correlação e análise de regressão.

Sua abordagem foi descritiva. Exemplos de estudos descritivos são os que têm por objetivo estudar as características de um grupo, também as pesquisas que têm por objetivo levantar as opiniões, atitudes e crenças de uma população (GIL, 2008). Portanto, este tipo de pesquisa preenche muito os objetivos específicos deste trabalho que é entender melhor a relação do associado com a Cooperativa X, podendo colaborar para um processo ou até mesmo uma melhoria a ser implantada na cooperativa

Por fim, a presente pesquisa se assume survey. Segundo Gil (2010, p. 35), esse tipo de estratégia caracteriza-se pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento, opinião ou características se deseja conhecer. As informações são coletadas sempre com o uso de um instrumento estruturado, em geral um questionário. São úteis para o estudo de opiniões e atitudes, mas pouco indicados no estudo de problemas referentes a relações e estruturas sociais complexas (GIL, 2010).

O mesmo autor (2008, p. 55) afirma:

As pesquisas deste tipo se caracterizam pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. Basicamente, procede-se à solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado para em seguida, mediante análise quantitativa, obter as conclusões correspondentes dos dados coletados.

Atualmente, a possibilidade de utilizar a internet para a viabilização da pesquisa tornou a aplicação de levantamentos ainda mais atraente. Há uma série de ferramentas que possibilitam a publicação de instrumentos de pesquisa online, tornando-os acessíveis a muitos respondentes. Essas ferramentas também facilitam o processo de tabulação e análise de dados (SACCOL *et al.*, 2012).

3.2 UNIDADE DE ANÁLISE E SUJEITO DE PESQUISA

A Unidade de análise foi a Cooperativa X, fundada na região sul do país na década de 70, com a missão de proporcionar atendimento odontológico de excelência, visando o bem-estar dos clientes e a realização profissional dos cooperados e colaboradores.

A população-alvo da pesquisa são seus cooperados, dentistas que prestam serviços para os beneficiários dos planos de saúde da cooperativa. Estima-se que sejam mais de 600 dentistas que atendem em consultórios particulares em cidades da região metropolitana de uma das capitais de um dos estados da região Sul.

O sistema ao qual a Cooperativa X pertence é o maior sistema de todo o mundo. A sua história começou nos anos 1970 no estado de São Paulo e rapidamente se espalhou pelas cinco regiões do país. Alguns anos mais tarde

surge a cooperativa que é objeto desse trabalho. Ela foi instituída por 22 cirurgiões dentistas. Eles tiveram como inspiração a criação de sistemas de cooperativas em cidades próximas e trouxeram o trabalho para a composição de grupos de profissionais na área de odontologia. Existia por parte dos profissionais a valorização do profissional de odontologia e posterior a oferta de serviços mais acessíveis.

Com o passar dos tempos, a cooperativa central foi ganhando espaço nacional. O objetivo era atender os beneficiários do plano em qualquer lugar do Brasil. Isso promoveria um leque de serviços gigantes e tornaria um trabalho de grande relevância aos cooperados e aos usuários (clientes). Desse modo, a Cooperativa X institui valores importantes como transparência, compromisso, ética, valorização do profissional de odontologia, excelência e efetividade na prestação de serviços e promoção dos princípios do cooperativismo.

Esse sistema de cooperativas odontológicas foi a primeira a praticar a Atenção Primária no Brasil, que tinha como foco de trabalho o acompanhamento dos pacientes com atividades de cuidado precoce com a saúde bucal. O sistema segue todos os princípios do cooperativismo: Adesão Voluntária e Livre, Gestão Democrática, Participação Econômica dos Membros, Autonomia e Independência, Educação Formação e Informação, Intercooperação, e Interesse pela Sociedade.

O ramo de atividade da Cooperativa X é a odontologia, com isso, pode oferecer um plano de assistência odontológica de excelência aos seus clientes. Os profissionais associados são formados em odontologia e 40% possuem titulação em mestrado e doutorado. Isso mostra que a organização é formada por uma gama de profissionais qualificados e habilitados para prestar um serviço odontológico de excelência.

A Cooperativa X faz parte de um sistema de cooperativas odontológicas com diversos cooperados em muitos lugares do Brasil. É importante ressaltar que a referida organização trabalha dentro dos sete princípios cooperativos: adesão livre e voluntária; gestão democrática, participação econômica, autonomia e independência, educação, formação e informação, intercooperação e interesse pela Comunidade. Todos eles retratam o sentido próprio de um sistema cooperativista. Atenta-se sobre o quinto princípio: Educação, Formação e Informação que foi o objeto de estudo desse trabalho.

Com as respostas deste questionário pretende-se criar uma amostra que represente estatisticamente as percepções dos associados sobre educação cooperativa na sua relação com a Cooperativa X.

3.3 TÉCNICA DE COLETA DE DADOS

Para a coleta de dados da presente pesquisa foram enviados formulário *on-line* pelo google forms treze (13) questões para o endereço eletrônico dos cooperados. Sete (07) questões foram de modo fechado de escolha simples e seis (06) foram compostas por questões em formato escala (também de escolha única).

As questões fechadas de escolha simples são aquelas em que o respondente deve escolher entre uma das opções, excluindo as demais. As em formato escala são questões fechadas bastante utilizadas nos processos de investigação científica, pois permitem ao pesquisador determinar ou verificar o modo de pensar ou de ser, isto é, o conceito que o entrevistado tem do tema em questão (SACCOL *et al.*, 2012).

Os mesmos autores afirmam que o objetivo das escalas é quantificar opiniões, percepções ou atitudes. Essa quantificação se dá pela criação de uma relação de distância padronizada entre determinadas expressões de um conjunto. Além disso, sendo quantificadas, podem ser analisadas estatisticamente. Optamos por utilizar a escala de Lickert com 5 pontos, que representa os níveis de concordância ou discordância do respondente com relação a afirmações acerca de um assunto, variando de cinco a dez pontos entre “discordo totalmente” e “concordo totalmente”.

O questionário foi acompanhado de uma comunicação explicando o objetivo da pesquisa, sua importância e também a garantia de confidencialidade dos dados (que não serão revelados de forma nominal, mas em uma análise agregada). Assim, desperta-se o interesse do respondente para o preenchimento e devolução do questionário, dentro de um prazo razoável (LAKATOS; MARCONI, 2009).

A coleta de dados também foi apoiada na análise de documentos publicados pela cooperativa (comunicados, revistas, publicações da cooperativa no seu site e nas suas redes sociais), que abordem temas sobre o cooperativismo que instiguem, estimulem, propaguem princípios e valores

cooperativistas em seus cooperados. Para Saccol *et al.* (2012), os documentos são importante fonte de informações atuais ou históricas, permitindo comprovar explicações e esclarecimentos sobre determinado tema. A busca de dados em documentos pode ser usada nas mais diferentes estratégias de pesquisas e estes fornecem elementos ao pesquisador para elaborar novos conhecimentos ou para buscar explicações e novos enfoques sobre o tema pesquisado.

3.4 TÉCNICA DE ANÁLISE DE DADOS

Para a análise dos dados foi utilizada a técnica de Análise de dados quantitativos. Dados quantitativos são analisados por meio de técnicas estatísticas, as quais podem ser descritivas (quantidades, frequências, médias e outras), comparativas ou classificatórias (SACCOL *et al.*, 2012).

As técnicas de análise de dados quantitativos utilizados foi: análise de frequência das respostas a uma determinada questão (com o uso de tabelas, quadros ou gráficos); medidas de localização ou de tendência central (média, mediana, moda) e de dispersão (intervalo e intervalo interquartil, desvio padrão, diagramas de dispersão).

A análise estatística pode ser feita manualmente, com o auxílio de calculadoras ou de computadores, mas existem softwares específicos para agilizar o processo de análise dos dados. O Microsoft Excel também possui diversas fórmulas estatísticas que podem ser aplicadas aos dados (SACCOL *et al.*, 2012).

O principal propósito dos testes estatísticos é ajudar os pesquisadores a chegarem ao significado de conjuntos de dados, auxiliando na interpretação destes (KERLINGER, 1980). Entretanto, a realização dos testes corresponde apenas à primeira etapa da interpretação dos dados. Os resultados obtidos com os testes estatísticos devem ser analisados à luz da teoria que dá suporte à pesquisa.

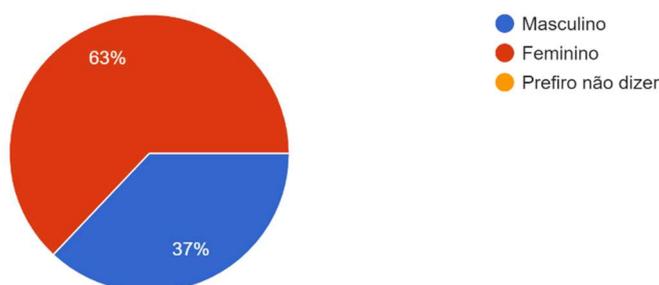
4 LEVANTAMENTO DE DADOS

4.1 QUESTIONÁRIO AOS COOPERADOS

A pesquisa foi aplicada para os Cirurgiões-Dentistas cooperados da Cooperativa X. O formulário utilizado para obtenção de respostas foi o Google Forms. O questionário foi enviado para o e-mail cadastrado dos associados com a cooperativa e ficou acessível para ser respondido de 22/05/2022 a 12/07/2002. No total foram recebidas 100 respostas ao formulário. O objetivo foi mostrar a percepção dos associados quanto a sua entidade em relação à educação cooperativa e o exercício dos princípios cooperativos no cotidiano através de suas respostas. Na primeira parte do questionário foram realizadas perguntas de caráter individual, mas sem identificação, para caracterizar gênero, idade, tempo de associação e relação de trabalho com a Cooperativa X.

Gráfico 1: identificação de gênero

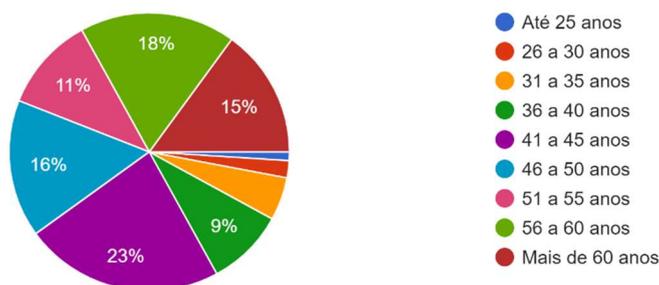
Gênero
100 respostas



Fonte: O autor (2022).

Gráfico 2: Identificação etária

Idade
100 respostas

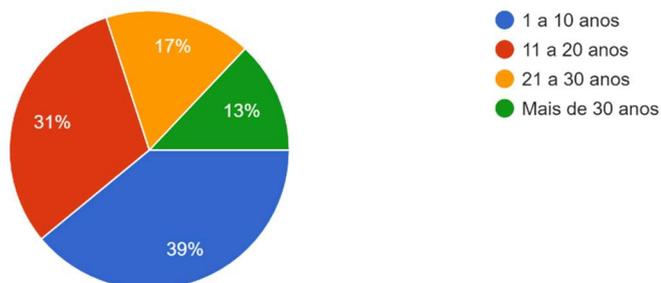


Fonte: O autor (2022).

Gráfico 3: identificação sobre o tempo de Cooperação

Há quanto tempo sou cooperado:

100 respostas

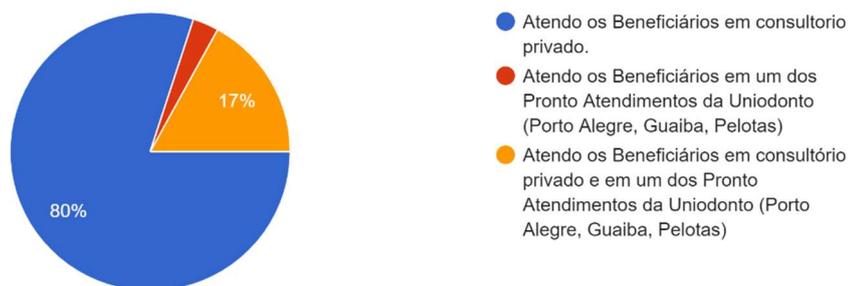


Fonte: O autor (2022).

Gráfico 4: identificação sobre a relação de prestação de serviços com a cooperativa.

Qual sua relação de prestação de serviços com a cooperativa?

100 respostas



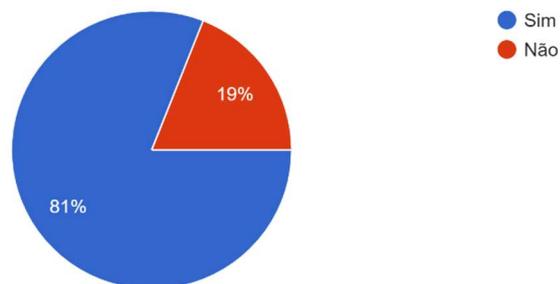
Fonte: O autor (2022).

A segunda parte do formulário envolveu sete (7) questões de respostas simples (sim ou não) buscando respostas diretas dos dentistas cooperados sobre seu interesse com o tema de cooperativismo, sobre sua participação em eventos ou palestras realizadas pela cooperativa com o tema relacionado à cooperativismo, sobre sua percepção dos diferenciais da organização em relação às empresas concorrentes, sobre sua participação nas assembleias da

cooperativa, sobre sua participação nos conselhos e comissões que compõem a estrutura administrativa da organização, sobre a participação destes em eventos sociais da cooperativa e se os associados acreditam ser importante ter educação cooperativa.

Gráfico 5: Sobre o interesse em conhecer o cooperativismo

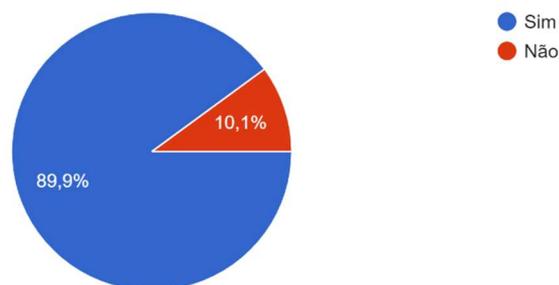
Você tem interesse em conhecer mais sobre cooperativismo?
100 respostas



Fonte: O autor (2022).

Gráfico 6: Sobre a diferença entre cooperativas e outras operadoras

Você observa diferença entre a nossa Cooperativa e as outras operadoras de planos odontológicos?
99 respostas

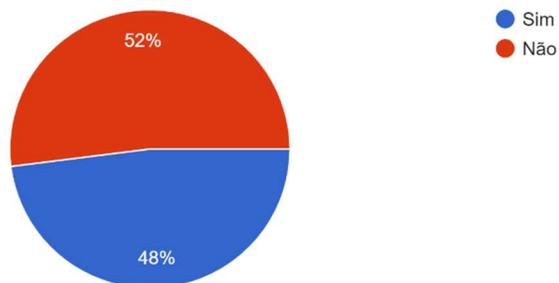


Fonte: O autor (2022).

Gráfico 7: Participação em atividades oferecidos pela Cooperativa.

Você já participou de cursos, palestras, workshops sobre cooperativismo oferecidos ou indicados pela Cooperativa (sem contar a palestra de inserção "convite")?

100 respostas

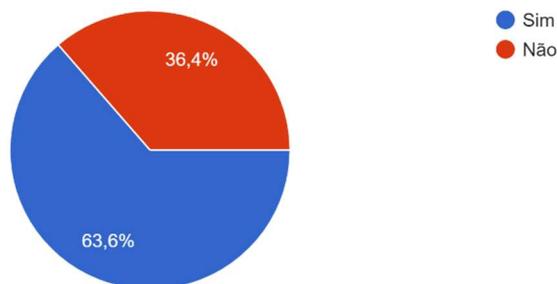


Fonte: O autor (2022).

Gráfico 8: Participação em Assembleias

Você costuma participar das assembleias da cooperativa?

99 respostas

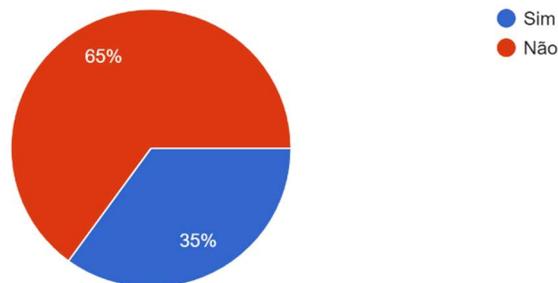


Fonte: O autor (2022).

Gráfico 9: Participação em Conselhos

Você participa ou já participou do Conselho Fiscal, Conselho Administrativo e outras comissões da cooperativa?

100 respostas

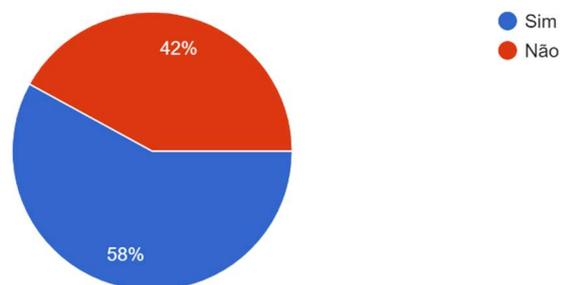


Fonte: O autor (2022).

Gráfico 10: Participação em eventos sociais

Você costuma participar dos eventos sociais da Cooperativa?

100 respostas

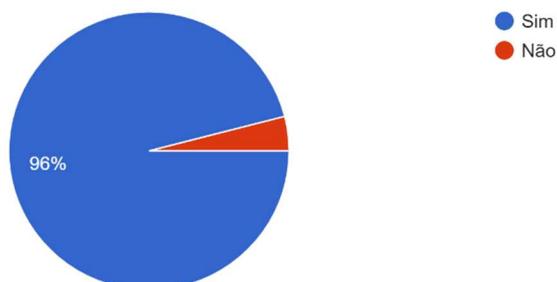


Fonte: O autor (2022).

Gráfico 11: Educação Cooperativa

Você acredita ser importante ter educação cooperativa?

100 respostas



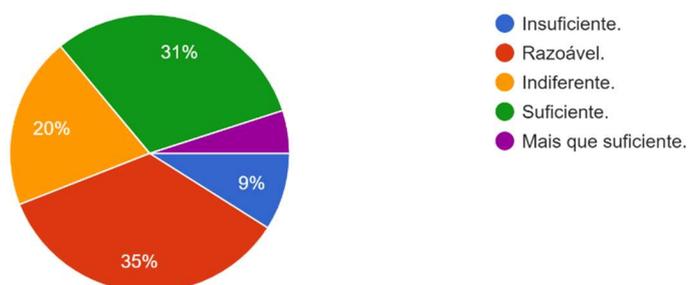
Fonte: O autor (2022).

A última parte do formulário envolve seis (6) perguntas com cinco alternativas em formato escala de Lickerts e abordou assuntos como a disponibilização de oportunidades para estudo do cooperativismo por parte da organização, o interesse do associado em participar de eventos que abordem o tema do cooperativismo, a presença da educação cooperativa na rotina da entidade, o interesse do cooperado em participar das assembleias da cooperativa (assim como das comissões e dos conselhos) e sobre como o associado enxerga nas ocasiões sociais da instituição uma oportunidade de aprender e fortalecer o cooperativismo.

Gráfico 12: Sobre a disponibilização de oportunidades para conhecimento sobre cooperativo

A Cooperativa X disponibiliza oportunidades para o conhecimento sobre cooperativismo.

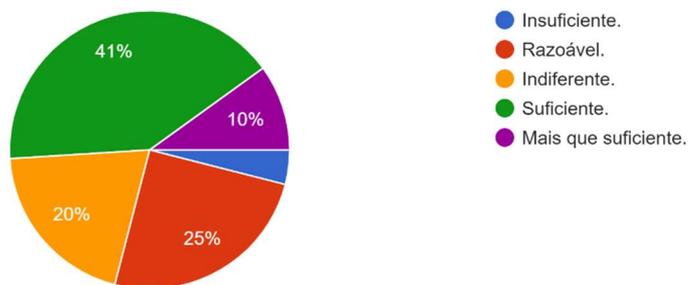
100 respostas



Fonte: O autor (2022).

Gráfico 13: Interesse em participar de capacitações sobre cooperativismo

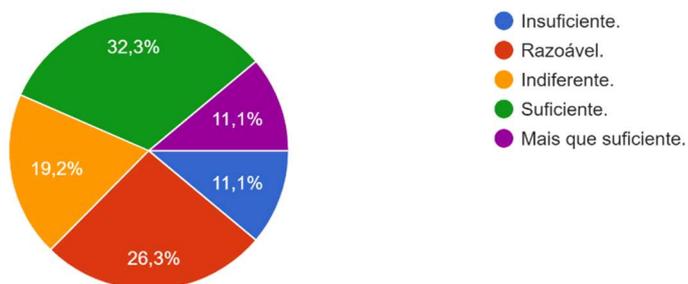
Tenho interesse em participar de cursos, palestras, workshops sobre cooperativismo.
100 respostas



Fonte: O autor (2022).

Gráfico 14: Prática da educação cooperativa no cotidiano da Cooperativo

A prática da educação cooperativa está presente no cotidiano da Cooperativa.
99 respostas

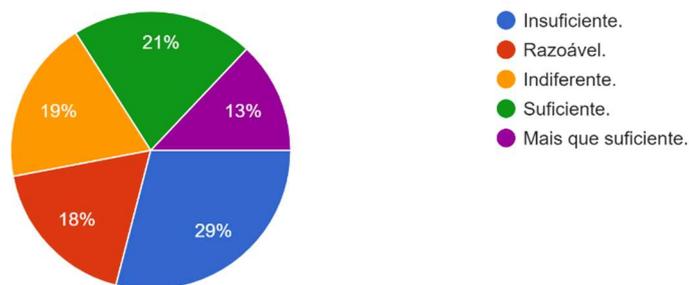


Fonte: O autor (2022).

Gráfico 15: Interesse em participar de Conselhos

Tenho interesse em participar do Conselho Fiscal, Conselho Administrativo e outras comissões da cooperativa.

100 respostas

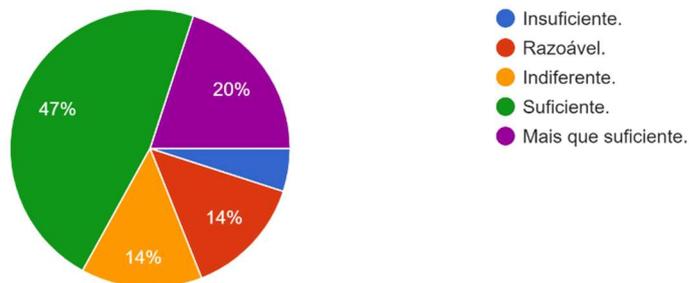


Fonte: O autor (2022).

Gráfico 16: Interesse em participar das Assembleias

Tenho interesse em participar das assembleias da Cooperativa X.

100 respostas

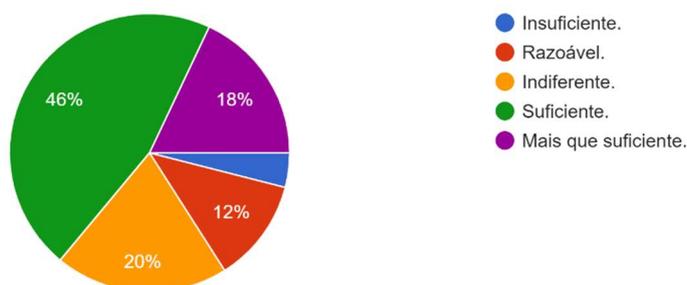


Fonte: O autor (2022).

Gráfico 17: Encontros e eventos sociais como oportunidades de educação cooperativa

Os encontros e eventos sociais da cooperativa são uma oportunidade de aprender e fortalecer o cooperativismo.

100 respostas



Fonte: O autor (2022).

4.2 ANÁLISE DOS DADOS

Primeiramente cabe relatar que a amostra pesquisada da Cooperativa X é composta por maior parte de pessoas prestadores de serviços do sexo feminino com 63%, de um universo de 100 associados (gráfico 1). A maior faixa etária de associados está entre 41 a 50 anos, conforme gráfico 2. O período de tempo de cooperados está em maior parte na faixa de 10 anos, que corresponde a 39% do total (gráfico 3).

Os associados com mais de 30 anos junto a Cooperativa X representam a menor faixa com 13% do número total, conforme gráfico 3. Em relação a prestação de serviços pelos cirurgiões-dentistas, 80% deles realizam o atendimento em consultório privado (gráfico 4). Isso mostra que o nível de atendimento de pessoas está para um grupo de menor tempo de cooperado e a possibilidade de atendimento em volume maior em consultórios particulares, traz a proximidade dos serviços da cooperativa aos seus associados. Ressalta-se que os associados são os mesmos prestadores de serviços que responderam ao questionário.

Conhecer como funciona o cooperativismo é uma ação essencial e muito defendida pelo quinto princípio. Sobre essa questão para 81% dos prestadores de serviços e associados acham essencial conhecer como funciona todo o

sistema pelo qual trabalham, conforme gráfico 5. Mas percebe-se que pelo lado da Cooperativa X, os cursos de formação, educação e informação não tem se estendido a um grupo considerável de pessoas. Apenas 48% das pessoas já estiveram em algum curso de formação oferecido pela cooperativa, como palestras e workshops (gráfico 7).

Por parte da maioria dos entrevistados, 63,6% participam das assembleias da cooperativa (gráfico 8). É um número interessante e que mostra que os associados tem vontade de se inteirar do que acontece com a Cooperativa X e de participar. Isso é um indicativo que pode ser tomado como oportunidade de oferta de maior formação, uma vez que não seria difícil chamar os associados para conhecer melhor a empresa cooperada, visto o alto índice de interesse na amostra.

Os associados entrevistados têm participação moderada na Cooperativa X a partir do Conselho Fiscal, Conselho Administrativo e outras comissões da cooperativa (gráfico 9). Isso marca um ponto interessante das articulações dos associados, pois, apesar de estarem presentes nas assembleias, apenas 35% dos respondentes resolveram participar mais ativamente do dia a dia da cooperativa, integrando as comissões e conselhos da organização.

Fala-se isso, porque a gestão das cooperativas acontece de forma democrática, tanto associados como os prestadores de serviços, podem indicar caminhos para a educação, formação e informação. Entretanto, de outro lado, mostra que os próprios associados desconhecem o quinto princípio e desejam uma maior educação cooperativa. Isso reforça a necessidade de fortalecer o conhecimento maior dos cooperados nessa questão.

O gráfico 11 revela que os associados acreditam ser importante a educação cooperativista. É o que vai ao encontro do que mencionam Griebeler, Büttenbender e Morais (2022) sobre o cooperativismo ser visto como um modelo de organização e até um estilo de vida. Desse modo, é importante que todos os processos formativos busquem implantar uma rotina comum entre os associados. Isso não só fortaleceria o seu dinamismo e conhecimento no trabalho como também melhoraria o empenho e engajamento de seus associados em participar, construir uma unidade cooperada mais forte e integrada com a comunidade.

Nesse sentido, Griebeler, Büttenbender e Morais (2022) traz o termo de cooInovação. É o processo pelo qual as cooperativas criam novas formas de interagir e organizar-se. Quando integrados às questões do cooperativismo, os sócios não serão vistos como partes apenas de um sistema, mas sim inclusivo a ele. Isso faz nascer resultados importantes para a construção de um novo meio de se organizar e projetar novas políticas em favor dos membros e da comunidade.

De acordo com estes autores (2022, p. 66)

COOINOVAÇÃO tem a centralidade no cooperativismo, resulta das práticas cooperativas, exercidas no âmbito do cooperativismo e de seus membros. E se reconhece que a prática do cooperativismo, enquanto uma prática de educação cooperativa, com fins econômicos e sociais. O cooperativismo, por si só, se constitui como um sistema, uma estratégia, um modelo, uma forma de agir, um estilo de vida que gera a cooInovação.

Inovar os processos de gestão das cooperativas faz parte de um trabalho estratégico. Toda e qualquer organização deve estar muito atenta a isso. O planejamento estratégico dentro do quinto princípio não só o fortalece como busca os demais princípios como forma maior de estar presente na vida de todas as pessoas que sustentam um modelo cooperado.

Sobre isso, é importante analisar que a percepção dos associados sobre a condição da Cooperativa X carece de debates sobre a questão da oferta de ações para inovar e buscar o conhecimento. No gráfico 12, quando questionados sobre a disponibilidade de conhecimento sobre o cooperativismo, 44% dos sócios acham que poderia haver mais oferta pela Cooperativa X.

Na formação, educação e informação, é preciso que os cooperados conheçam a história e composição da cooperativa. Isso é importante para não somente ter uma visão do hoje ou de um passado distante da unidade, mas perceber sobre quais princípios sociais, históricos e econômicos ela foi erguida (SALATINO, 2018).

A autora entende que os associados devem compreender que as formações cooperativas tiveram uma grande luta contra sistemas financeiros tradicionais como trazidos pelos bancos. A proposta não seria apenas um novo modelo econômico trazido pelas cooperativas, mas pelas novas propostas de

parceria com a sociedade, com o meio ambiente e comunidade da qual as unidades fazem parte.

A educação assume o papel de aprender ou compreender, sustenta Frantz (2001). E nem sempre ensinar e construir o conhecimento seja algo fácil. Porém, quando um grupo está motivado a buscar novas fontes de aprendizagem, todo o processo pode se tornar mais fácil. A educação que busca atender nessa discussão, é uma “Educação Política”. A própria palavra política recai sobre ela um conjunto de elementos trazidos pelas questões sociais, históricas e econômicas.

Pode-se considerar que a grande maioria dos sócios, que ao mesmo tempo são prestadores de serviços, acreditam que as ações da Cooperativa X concretizam como uma ação mais do que suficiente ou suficiente para criar momentos de aprendizagem que fortalecem o cooperativismo. 64% dos respondentes ao formulário demonstram que os espaços formativos correspondem a expectativa de fomento ao conhecimento e aprendizagem (gráfico 17). Esse indicativo é importante para mostrar que apesar de indicado no Gráfico 12 que se precisa ampliar os espaços para aprender sobre o cooperativismo, quando acontece, a grande maioria diz que os espaços conseguem cumprir a função e possibilidade de materializar um espaço de formação efetiva.

De acordo com Safanelli *et al* (2011) a educação cooperativa existe em função do próprio cooperativismo. Os donos são os próprios sócios. Quando postulado um movimento por união e livre adesão de pessoas, o círculo democrático deve fazer parte. Desse modo, a própria diretoria dos sistemas cooperativos trabalha de forma mútua com os sócios. Isso faz nascer a participação de forma efetiva e robusta. Se isso não acontece, o próprio conceito de cooperativismo não é legítimo.

De acordo com os autores (2011, p. 5)

Para conseguir que essa participação dos cooperados seja consciente e responsável, só existe uma alternativa: um permanente processo de Educação e ou Capacitação Cooperativista. Por esse motivo, a Educação/Capacitação é um direito inalienável do quadro social, e não um assunto a ser analisado quanto à sua conveniência ou não para a cooperativa. O que se constata cada vez mais é que a Educação/Capacitação é o melhor respaldo para a administração de qualquer cooperativa, pois somente com a participação consciente e responsável de todo o quadro social, a cooperativa adquire estabilidade e se desenvolve num processo autogestionado.

A citação supracitada revela que as condições de formação do cooperado sobre a missão, a importância e a criação de participação, só viriam através da educação, sobretudo, vale destacar que a educação deve fazer parte integrada e inalienável da empresa ou cooperativa. As bases constitutivas de uma boa organização, não vem somente pelo desejo de materializá-la, mas pela vontade de participar, formar e cooptar intenção em favor de um único interesse. Isso só se concretiza pela formação, educação e informação.

Sobre a presença da educação como fonte de formação e informação na Cooperativa X, destaca-se que para 43,4% dos associados, ela está presente nas políticas de gestão da cooperativa, conforme gráfico 14, de acordo com a porcentagem de respondentes nas alternativas "suficiente" e "mais que suficiente". Isso pode demonstrar que as ações promotoras de educação no espaço da cooperativa buscam fortalecer o quinto princípio cooperativista. Isso é positivo por construir uma visão positiva sobre os associados nos interesses da empresa.

As respostas mostram que a Cooperativa X produz um nível de satisfação dos associados bem relevante sobre a prática de educação dentro das unidades cooperativas. Isso é importante porque se percebe que a cooperativa odontológica, busca cumprir com o fomento da educação cooperativa aprimorando no seu dia a dia os princípios cooperativistas, principalmente ao quinto. Contudo, observa-se uma parcela significativa que aponta uma fragilidade, são os 11,1 % que apontaram como insuficiente e os 26,3% que apontaram com razoável, totalizando 37,4% da amostra (gráfico 14).

CONCLUSÃO

Inicialmente se coloca na materialidade dos resultados a importância desse estudo para compreender de que forma as cooperativas odontológicas são importantes para a produção de práticas em benefício à saúde e da oferta de serviços mais baratos à comunidade onde ela faz parte. Salienta-se que além dessa intenção, a outra discussão é a percepção de como os sócios percebem o trabalho da Cooperativa X em relação ao quinto princípio cooperativista.

Os cem entrevistados dessa pesquisa são também os prestadores de serviços odontológicos. Em toda a análise desse estudo é justamente desse público. A Cooperativa X é uma cooperativa de serviços odontológicos que assume o posto da maior unidade integrada do mundo para esse tipo de serviço. No Brasil são várias unidades que estão próximas aos clientes. Com o passar do tempo, ela assumiu um posto de relevância na área da saúde e da própria comunidade onde ela está presente.

Isso porque seu trabalho tem excelência no que faz. Mas antes de qualquer discussão mais apurada para uma análise de resultados, aponta-se nessa pesquisa a sua fundamentação teórica. Foram trazidos para esse trabalho 40 fontes de pesquisa entre artigos, documentos e noticiários. Cabe dizer que a pesquisa que tratou sobre a caracterização da Cooperativa X no Brasil e em específico a unidade de trabalho da cooperativa estudada foi difícil por falta de disponibilidade de material bibliográfico ou documental.

Porém, isso não comprometeu a pesquisa. Na busca de conhecimento sobre como funciona o cooperativo e seus princípios, os materiais de consulta bibliográfica foram maiores, sobretudo, o conteúdo faz parte de diversas pesquisas científicas e acadêmicas que receberam suas devidas publicações, com relevância social e científica.

Na apuração da questão bibliográfica pode-se perceber que o cooperativismo remete a ajuda mútua. No início dessa pesquisa Sobreiro e Bodart (2016) trazem essa questão da mutualidade de interesses entre os seres humanos em seu percurso da história. Ela cresceu e evoluiu com a ajuda de seus pares. Essa também é a dinâmica do cooperativismo. Com a própria evolução social, as normatizações, regras e buscas também se modernizaram. O cooperativismo nasceu e evoluiu de acordo com vários contextos sociais,

políticos e econômicos. Com a Revolução Industrial do século XVIII e XIX o cooperativismo também ganharia um viés de busca econômica. Isso se fez necessário para a própria sobrevivência do sistema cooperado. Entretanto, o cooperativismo surge com uma proposta de serviços mais baratos, acessíveis à população.

Para caracterizar como cooperativa, a organização tem que seguir uma série de ações, entre elas os sete princípios do cooperativismo. Cançado *et al.* (2014) foram um dos autores que exemplificaram claramente o que são e como funcionam os sete princípios do cooperativismo, trazendo inicialmente a introdução dos princípios de Rochdale (1844) até a de Manchester (1995). No momento moderno do cooperativismo, as organizações estão elencadas nos princípios de Manchester. Ele não muda muito em relação ao Rochdale. Só substitui a Cooperativização Global pela Preocupação com a comunidade.

Com as mudanças trazidas por um mercado global e altamente dependente de uma economia capitalista que usa dos mais diversos meios de exploração para materializar o capital, a preocupação com o mundo e com seus recursos naturais ficou algo muito visível. Por isso, as cooperativas também devem buscar ações sustentáveis em defesa da comunidade onde atuam e do próprio planeta.

A análise desse trabalho é sobre o quinto princípio do cooperativismo: Educação, Comunicação e Informação. Uma das questões que podem ser consideradas como essencial para o cooperativismo é a educação dos cooperados. Isso porque é preciso que cada um deles conheça como funciona, o propósito e as perspectivas da cooperativa da qual faz parte.

Mas se de um lado os cooperados devem conhecer o sentido de todo o processo da Cooperativa X, essa por sua vez deve estabelecer dentro de seu planejamento estratégico uma série de ações para que isso aconteça. Isso pode vir através de palestras, cursos de formação, workshops ou de qualquer ação educativa.

Na pesquisa realizada com os sócios, isso acontece em maior parte como demonstrado no gráfico 14, onde 32,3% acham suficiente e 11,1% acham mais do que suficiente as políticas de formação em educação da cooperativa. Isso revela que dentro da empresa há uma articulação de ações em favor do quinto princípio do cooperativismo. No gráfico 17, 64% dos que responderam ao

questionário, acreditam que os encontros e eventos sociais da cooperativa dão a oportunidade de aprender e fortalecer o cooperativismo.

Quando isso acontece, os sócios incorporam novas atitudes e mudam suas concepções não somente sobre a unidade cooperada, mas com as relações entre os pares, com a sociedade e com o próprio planeta. Freitas (2013) descreveu essa situação ao longo do estudo. Segundo ele, a educação é capaz de transformar as pessoas a cerca de um determinado assunto ou uma necessidade.

A questão da relevância da educação como ponto de formação aos cooperados foi destacada como importantíssima para 96% dos sócios (gráfico 11). Vale destacar que se o interesse e o entendimento desse público são ativos e visíveis, cabe a instituição explorar ao máximo as condições de formação de seus associados.

Uma análise mais crítica também deve ser feita: a amostra dos dentistas cooperados representa cerca de 20% do total de associados da cooperativa, sendo destes os mais ativos com a instituição, já todos receberam o questionário. Então, se nesta amostra de pessoas mais presentes no dia-a-dia da organização ainda encontramos respostas com resultados dúbios como as dos gráficos, isso evidencia que alguns entrevistados acreditam que a cooperativa cumpre seu papel em relação ao quinto princípio e outros não. Se formos considerar que a amostra não preenche a totalidade de cooperados, a tendência seria um resultado menos favorável caso todos tivessem respondido ao questionário. Esperamos que esse estudo estimule os gestores da Cooperativa X a investir ainda mais em educação cooperativa, para que mais associados participem da vida da organização, fomentando seu crescimento.

Portanto, esse estudo mostrou que o cooperativismo no setor da saúde é um modelo de prestação de serviços importante para a comunidade. O seu objetivo é levar serviços com custos mais acessíveis. É fato dizer que as cooperativas rompem com um modelo tradicional de prestação de serviços e elas devem ser vistas por associados e sociedade como organizações essenciais para a prestação de serviços de qualidade exigida. A Cooperativa X não só contribui com a prestação de um serviço de saúde mais acessível para a sociedade, como também corrobora para qualidade de vida das pessoas.

Ao longo das iniciais teóricas desse trabalho se conhecia pouco sobre a importância e a representatividade que as cooperativas possuem em favor de uma sociedade mais justa e preocupada com a melhoria e qualidade de vida das pessoas. As cooperativas odontológicas servem também o propósito de melhorar as condições de higiene e cuidado bucal da população brasileira, que nem sempre consegue um serviço de qualidade na rede pública.

A Cooperativa X representa essa questão de boa saúde e preocupação com a qualidade de vida das pessoas. Isso enobrece seu papel e permite a ela desempenhar o papel de modo efetivo e relevante à sociedade e à saúde dos brasileiros. O que leva a notoriedade de seu papel nessas áreas é a produção de serviços com preocupação aos princípios cooperativistas.

Ao longo do estudo pode-se perceber que a cooperativa odontológica cumpre um papel mútuo, parceira e de formação em educação aos seus associados. Dessa forma, cabe dizer que a cooperativa odontológica cumpre o seu papel na formação dos princípios cooperativistas, principalmente ao quinto princípio. Isso foi respondido na pesquisa pelo nível de satisfação dos associados.

Em relação aos objetivos, a pesquisa cumpriu cada um deles e que de forma geral possibilitou a compreensão de que a formação em educação cooperativista é essencial para a sobrevivência, sucesso e eficiência da unidade cooperada.

Portanto, esse estudo buscou mostrar a importância da Educação Cooperativa compreendendo que só assim se realiza uma boa manutenção dos associados com a empresa. Também entendemos que os resultados são contribuições e possibilidades para aprimoramento, discussão e prática do quinto princípio. E é justamente essa a intenção. A exploração de conteúdos e estudos de caso sobre qualquer cooperativa no Brasil mostra que elas podem ser fontes alternativas de serviços acessíveis ao consumidor sem comprometer o prestador, que é associado e tem seu trabalho mais valorizado em relação às empresas mercantis concorrentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE (ANS). **Planos odontológicos: evolução, desafios e perspectivas para a regulação da saúde suplementar**. Agência Nacional de Saúde Suplementar (Brasil). – Rio de Janeiro: ANS, 2009.

AIRES, Rafaella. **Cooperativa De Saúde: O Movimento e as Principais Áreas Do Ramo No Brasil**. Recurso Eletrônico, 2021. Disponível em <https://assinei.digital/cooperativa-de-saude/>. Acesso em 20 de agosto de 2022.

AMARAL, Eduardo Diniz. **Tecnologia e Inovação**. 1. Ed. Montes Claros: Instituto Federal do Norte de Minas Gerais, 2015.

BAIOTO, Carlos Daniel. **Educação cooperativa solidária: perspectivas e limites**. 100f. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). São Leopoldo, 2008.

BRASIL, **Lei 5794/1971 de 16 de dezembro de 1971**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5764.htm. Acesso em 07 de agosto de 2022.

BÚRIGO, Fábio Luiz; ROVER, Oscar José; FERREIRA, Rodrigo Garcia. **Cooperação e Desenvolvimento Rural: Olhares Sul Americanos**. 1. Ed. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2021.

CAMANHO, Gilberto Luis. **Educar e Ensinar: Um estranho Hábito**. Editorial Elserver, 2016. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rbort/a/GVnd3SKxxTFHx4Twb8FwPkD/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 16 de setembro de 2022.

CANÇADO, Ailton Cardoso et al. Os princípios cooperativistas e a identidade do movimento cooperativista em xequê. **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas - RGC** - Santa Maria, RS, V. 01, N° 02, P. 63-72, 2° Sem. 2014.

CARDOSO, Rosinaldo Nunes; CASTAGNA, Michele Caroline. Governança corporativa: princípios e práticas em uma cooperativa de saúde. **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas – RGC**, v. 6, n.11, p. 85-102, 2019.

COOPERATIVA de saúde: tudo que você precisa saber. **Empresas & Cooperativas**, São Paulo, 3 janeiro 2022. Disponível em: <https://empresasecooperativas.com.br/cooperativa-de-saude/#:~:text=O%20cooperativismo%20no%20ramo%20da,e%20tamb%C3%A9m%20para%20o%20exterior>. Acesso em: 18 out. 2022.

DIAS, Érika; PINTO, Fátima Cunha Ferreira. **Educação e Sociedade**. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro. 2019. Disponível em <https://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/ensaio/article/view/2437>, Acesso em 16 de maio de 2022.

FRANTZ, Walter; SCHÖNARDIE, Paolo Alfredo; SCHNEIDER, José Odelso. As Práticas do Movimento Cooperativo como Lugares de Educação. **Revista de Didáticas Específicas**, nº16, PP. 14-26, 2017.

FRANTZ, Walter. Educação e cooperação: práticas que se relacionam. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 3, nº 6, jul/dez 2001, p. 242-264.

FREITAS, Ernani Cesar de; PRODANOV, Cleber Cristiano. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. **Novo Hamburgo: Feevale**, 2013.

FREITAS, Lidiane Brito. **Educar em sociedade: Crítica à Civilização e Educação Moral em Rousseau**. Universidade Federal de Sergipe, 2013. Disponível em https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/4870/1/LIDIANE_BRITO_FREITAS.pdf. Acesso em 16 de setembro de 2022.

GERHART, Caroline *et al.* **Análise do 5º princípio do cooperativismo com foco na educação cooperativa no projeto “Eu + Você = Mundo Melhor”**. Diálogo com a Economia Criativa, Rio de Janeiro, v. 3, n. 8, p. 40-52, mai./ago. 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRIEBELER Marcos Paulo Dhein; BÜTTENBENDER Pedro; MORAIS, Luis Roberto Tadeu Ramos. **Dicionário Contemporâneo do Cooperativismo**. Editora Conceito, 1 ed. Uruguaiana, 2022.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

KERLINGER, Fred Nichols. **Metodologia da pesquisa em ciências sociais: um tratamento conceitual**. São Paulo: EPU, 1980.

MACIEL, Ana Paula Blanke *et al.* **Governança em Cooperativas: Aplicação em uma Cooperativa Agropecuária**. RAC, Rio de Janeiro, v. 22, n. 4, pp. 600-619, julho/agosto, 2018. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rac/a/FRb38hFbx4Gc67YSTdXNcLR/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 16 de setembro de 2022.

MAGALHÃES FILHO, Lidiomar Lemos de. **Efeitos do Conhecimento sobre a Apropriação de Renda na Saúde Suplementar: O caso UNIMED São José dos Campos**. Tese de doutorado, Fundação Getúlio Vargas, 2012.

MARRA, Adriana Ventrola. **História do Cooperativismo**. 2016. Disponível em http://www.proedu.rnp.br/bitstream/handle/123456789/578/Aula_02.pdf?sequence=7&isAllowed=y. Acesso em 05 de agosto de 2022

MEINEN, Ênio; PORT, Márcio. **Cooperativismo financeiro: percurso histórico, perspectivas e desafios**. Brasília: Confedbrás. 2014.

MELO SOBRINHO, Abelardo Duarte de; BASTOS, A.M; VENTURA, E.C.F. *et al.* **Governança cooperativa: diretrizes e mecanismos para fortalecimento da governança em cooperativas de crédito**. Banco Central do Brasil, Brasília BCB, 2009.

MORAN, José Manuel. **O Uso das Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação na EAD - uma leitura crítica dos meios**. 1999. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/T6%20TextoMoran.pdf>. Acesso em 16 de setembro de 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS (OCB). **Como funciona uma cooperativa**. 2020. **[website]**. Disponível em: <https://www.ocb.org.br/como-funciona-uma-cooperativa>. Acesso em: 23 Out. 2021.

PEGLOW, Karen. **Educação e Formação Cooperativa: a práxis da cooperativa mista dos pequenos agricultores da Região Sul (COOPAR)**. Capítulo XIII - Educação e Formação Cooperativa: a práxis da cooperativa mista dos pequenos agricultores da Região Sul (COOPAR), 2013.

RIBEIRO, Jaciara Xavier Pereira. **Princípios cooperativistas na percepção dos associados: estudo em uma cooperativa de crédito de Minas Gerais**. 2012, 131p. Tese (Doutorado em Administração) - Programa de Pós-graduação em Administração, Faculdade Novos Horizontes, Belo Horizonte, 2012.

RICHARDSON, Robert Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROSA, Hiago Pacheco; ALVES, Cinara Neumann. **Educação Formação e Informação: O 5º princípio do cooperativismo em uma cooperativa de Santana do Livramento**. VIII Seminário Internacional sobre o cooperativismo, 2017. Disponível em <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidr/article/viewFile/16784/4230>. Acesso em 16 de setembro de 2022.

SACCOL, Amarolinda *et al.* **Metodologia de pesquisa em administração**. Editora Unisinos, 2012.

SAFANELLI, Arcângelo dos Santos *et al.* A EDUCAÇÃO COOPERATIVA: VALORIZAÇÃO DO SER HUMANO. **XI Colóquio Internacional Sobre Gestão Universitária da América do Sul**, Brasil, p. 1-14, 9 dez. 2011.

SALATINO, Alba Cristina Couto dos Santos. **“Tudo para todos”**. Um estudo comparado de princípios e de práticas cooperativas: de Pigüé (BS AS) e Nova Petrópolis (RS) (1898-1920). 2018. 323f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). São Leopoldo, 2018.

SCHNEIDER, José Odelso. **Identidade cooperativa**: sua história e doutrina. 1. ed. Porto Alegre: Editora SESCOOP/RS, 2019.

SCHNEIDER, José Odelso; HENDGES, Margot. Educação e Capacitação Cooperativa: sua importância e aplicação. **ESAC Economia Solidária e Ação Cooperativa**, v. 1. n.1, p. 33-48, 2006.

SILVA, Alessandra Hocayen da; CALEMAN, Sílvia Morales de Queiroz; SILVA, Antônio João Hocayen da. Governança Cooperativista. As práticas de governança consideram os princípios cooperativistas? Uma análise de manuais acerca de boas práticas. **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas – RGC – Santa Maria, RS**, Edição Especial 01/2018, p. 69-86, 2018.

SILVA, Micheli Cristhina. **Cooperativismo no Brasil: Um estudo comparativo de três perspectivas com ênfase na região de Florianópolis**. Universidade do Vale do Itajaí. Dissertação de mestrado, Biguaçu, Santa Catarina, 2009.

SOBREIRO, Wilber Pereira; BODART, Cristiano das Neves. **Cooperativismo Agropecuário. A Percepção dos Cooperados em Relação aos seus Negócios**. Perspectiva Online. Humanidade e Sociais Aplicada. Campo dos Goytacazes, 2016.

TEIXEIRA, Carla Pacheco. **Cooperativa de Profissionais de Saúde em Serviços Municipais e Estaduais no Município de Rio de Janeiro e a Cooperativa do Hospital**. Ministério da Saúde. Fundação Fio Cruz, 2000.